



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS

**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**MANAUS
2016**

Mantenedor

Prof. Luiz Antônio Campos Corrêa

Reitor

Prof. Luiz Antônio Campos Corrêa

Pró-Reitor de Graduação

André Luiz Costa Côrrea

Pró-Reitora para Assuntos Institucionais

Maria de Fátima Miranda Rodrigues

Pró-Reitor de Pós- Graduação, Pesquisa e Extensão

Luiz Arthur Costa Côrrea

Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços

Judiciários

Samuel Appenzeller

Núcleo Docente Estruturante - NDE

Samuel Appenzeller (Presidente)

Tatiane Campelo da Silva Palhares (Secretária)

Carolina de Sá Leitão

Maria de Nazareth da Penha Vasques Mota

Maria Suely Cruz de Almeida

Maria Adelaide Ribeiro Cruz

SUMÁRIO

1 A INSTITUIÇÃO	7
1.1 Histórico do CIESA.....	7
1.2 Mantenedora	8
1.2.1 Base legal da mantenedora.....	8
1.2.2 Nome da IES endereço	8
1.3 Base legal do CIESA.....	9
1.4 Modelo Educacional do CIESA	9
1.5 Missão do CIESA	9
1.6 Descrição da Inserção Regional.....	10
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	12
2.1 Nome do Curso	12
2.1.1 Endereço de Funcionamento:	12
2.1.2 Concepção Legal.....	13
2.2 Perfil do Curso.....	13
2.3 Objetivos do Curso	14
2.3.1 Objetivo Geral	14
2.3.2 Objetivos Específicos	14
2.4 Modalidade do curso	15
2.5 Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceito de Curso (CC).....	15
2.6 Carga horária do curso.....	15
2.7 Duração do curso	15
2.8 Número de Vagas	15
2.9 Concepção Acadêmica.....	15
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	16
3.1 Contexto Educacional.....	16
3.2 Articulação entre o PPC, PPI E O PDI	17
3.3 Auto Avaliação	19
3.4 Perfil Profissional do Egresso.....	20
3.5 Formas de Ingresso	21
3.6 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	21
3.7 Políticas de Ensino do Curso	23
3.8 Políticas de Extensão do Curso.....	24

4. ESTRUTURA CURRICULAR	24
4. 1 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	26
4,2 Atendimento aos Requisitos Legais e Normativos:	26
4.3 Considerações sobre o Currículo	30
4.4 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA	31
4.5 Estágio Supervisionado	43
4.6 Trabalho de Conclusão De Curso – TCC	44
4.7 Atividades Complementares.....	44
4.8 Disciplinas do Ensino A Distância (EAD).....	45
5 ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS	46
5.1 Atividades de Extensão	46
5.2 Atividades de Iniciação Científica	46
6 METODOLOGIA.....	47
6.1 Procedimento de Avaliação dos Processos de Ensino Aprendizagem	48
6.2 Frequência às Aulas.....	49
6.3 Justificativa de Faltas	49
6.4 Revisão Automática	49
6.5 Cancelamento	50
6.6 Trancamento	50
6.7 Abandono	50
6.8 Aproveitamento de Estudos	50
6.9 Reposição de Aula	51
7 ATENDIMENTO AOS DISCENTES / DOCENTES	51
7.1 Assessoria Pedagógica	51
7.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Ouvidoria – NAPPO	52
7.3 Política de Bolsa.....	53
7.4 Programa de Nivelamento.....	54
7.5 Representação Estudantil	54
7.6 Tecnologia de Informação e Comunicação - TICS – No Processo Ensino e Aprendizagem	54
7.7 Acessos dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	55
7.8 Revista do CIESA.....	56
8 CORPO DOCENTE.....	56
8.1 Núcleo Docente Estruturante - NDE.....	56
8.2 Comissão de Curso.....	57

8.3. Titulação, Formação Acadêmica e Experiência do Coordenador de Curso	57
8.3.1 Formação do Coordenador	57
8.3.2 Dedicção à Gestão do Curso	58
8.4 Corpo Docente	58
8.4 Titulação, Regime de Trabalho e Experiência Profissional dos Docentes.....	60
9 INFRAESTRUTURA.....	60
9.1 Sala de Coordenação, Sala dos Professores, Sala de Reuniões E Gabinetes.	60
9.2 Sala de Aulas	61
9.3 Acesso os Alunos aos Equipamentos de Informática.....	61
9.4 Registro Acadêmico	61
9.5 Biblioteca.....	61
9.5.1Bibliografia Básica	64
9.5.2 Bibliografia Complementar	64
9.5.3 PERIÓDICOS INDEXADOS	64
10 LABORATÓRIOS	64
10.1 Laboratório de Informática.....	64
11 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	65

APRESENTAÇÃO

Os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação com características especiais, considerados como uma resposta do setor educacional às necessidades da sociedade brasileira. Tais cursos possibilitam, dessa forma, a formação de profissionais capazes de suprir a demanda de tecnologias pela sociedade e desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades ligadas a sua área de formação. Nesse sentido, a organização curricular dos cursos tecnológicos deve proporcionar um perfil voltado ao desenvolvimento, produção, gestão, aplicação e difusão de tecnologias, de forma a desenvolver profissionais sintonizados ao respectivo setor produtivo e assim, garantir um desenvolvimento permanente de aptidões.

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários pretende alcançar a formação de profissionais com conhecimentos na área jurídica, visando à organização dos serviços e atendimento aos Operadores do Direito, a fim de habilitá-los com perfil adequado, para funcionar no mercado de trabalho da área, no que se refere a uma demanda que é existente de colaboradores de nível superior com formação adequada para o apoio aos órgãos jurídicos, em geral, existentes nos variados setores como, Tribunais, cartórios, varas especializadas, juizados especiais, em nível estadual e federal, Ministério Público, Defensoria Pública, Órgãos de advocacia em Instituições Públicas e Privadas e Escritórios de Advocacia, de forma a auxiliar em todas as atividades pertinentes à organização e controle das mesmas

Nesse sentido é importante destacar que o Curso contempla conhecimentos propedêuticos, profissionais e práticos visando o entrelaçamento das disciplinas por meio da composição da matriz curricular, de forma a não estabelecer momentos estanques para cada um deles.

1 A INSTITUIÇÃO

1.1 Histórico do CIESA

O Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA é fruto do idealismo de um grupo de amazonenses que há décadas atua na área de ensino, mais precisamente, desde 30 de junho de 1974

As atividades do CIESA tiveram início no ano de 1986, quando os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas foram autorizados.

Valorizando a qualidade de ensino, a lisura nos procedimentos administrativos e a formação de profissionais qualificados para atuar no mercado exigente e globalizado dos tempos atuais, o CIESA expandiu-se, investindo não só em laboratórios, biblioteca e em outras instalações físicas, para oferecer melhores condições de aprendizagem, mas, sobretudo, na qualificação do corpo docente, estimulando e auxiliando seus professores a ingressarem em cursos de pós-graduação, a fim de manter o compromisso social de seus fundadores.

Nas mais de duas décadas de existência do CIESA, outros Cursos em Nível Superior passaram a ser oferecidos à população amazonense. A expansão deu-se com os Cursos de Secretariado Executivo, Turismo e Direito, todos com a autorização e reconhecimento do Conselho Federal de Educação.

O CIESA inaugurou uma nova fase em sua existência ao assumir a Formação Específica, por meio de Cursos Sequenciais e Tecnológicos, procurando fazer com que estes atendessem a uma nova demanda do mercado profissional e, entre estas, a de Organização de Serviços Judiciários.

A proposta de criação do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários surgiu, com a necessidade de implementar em caráter experimental no Amazonas um curso que respondesse às demandas tradicionais de formação voltada para atender às necessidades de modernização e do desenvolvimento das atividades jurídicas e ao mesmo tempo preparar profissionais com formação apropriada com vistas a contribuir na implementação do perfil que se busca para atividade jurídica. Nesse sentido, foi pensado um projeto pedagógico que viesse crescer e contribuir para as mudanças necessárias à preparação de uma nova visão do acesso à justiça buscada por meio de inúmeras instituições em todo país.

Colabora o CIESA com a modernização do atendimento ao público a que se destina, a partir da inserção de novas formas de atuar com o público objeto da formação, visando à valorização e desenvolvimento da capacidade do ser humano.

1.2 Mantenedora

Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda (SAMEC)

1.2.1 Base legal da mantenedora

O Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA) é mantido pela Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda (SAMEC). A SAMEC, Pessoa Jurídica de Direito Privado, possui fins lucrativos, como sociedade civil, e está situada no endereço: Rua Pedro Dias Lemes, 203, Bairro Flores, CEP: 60.058-030.

Sede e Foro: Na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.

Registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Manaus, em 15/12/2010, da averbação da alteração com consolidação contratual, ocorrida no Contrato Social, sob o número de ordem 27.752, apontado pelo número 27.779, Livro "A" número 493, da sociedade simples, cuja personalidade jurídica foi adquirida desde 27/08/1974, com Registro primitivo sob número de ordem 1.567, do Livro "A" número 15, das Pessoas Jurídicas.

Demais registros legais: CNPJ: 04.278.057/0001-08.

1.2.2 Nome da IES endereço

Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA.

Endereço: Rua Pedro Dias Lemes, 203 – Bairro Flores, CEP: 60.058-30, Manaus-AM.

1.3 Base legal do CIESA

Portaria MEC, no. 346, de 05 de maio de 2016.

1.4 Modelo Educacional do CIESA

O CIESA, com propósitos voltados para uma inegável consciência amazônica e acreditando na inteligência da juventude, impulsionando seus anseios vocacionais, sustenta-se em três pilares: Qualidade, Organização e Informação.

A Qualidade que serve para orientar, avaliar e retroalimentar sistematicamente as suas ações.

A Organização que, marcada pela qualidade de ensino dos cursos em funcionamento na Instituição de Ensino Superior - IES vem administrando com modernidade, rompendo com a burocracia, levando em conta procedimentos gerenciais contemporâneos na busca de um resultado coletivo que premie a excelência acadêmica, revertendo em uma formação com profundo comprometimento ético-social.

A Informação que, fundamentando a adoção de decisões estratégicas para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, abre espaço para a discussão dos problemas da Amazônia e da sociedade do País, da região, de suas instituições e do seu povo.

Este é o compromisso político, público e social e a base do modelo educacional que esta IES vem assumindo no Estado do Amazonas, referendando a opção por um modelo de formação educacional comprometido com o conhecimento das tecnologias, bem como com a verificação crítica do papel que estas desempenham no mundo atual, permitindo, assim, que o seu formando, ao dominar o saber próprio da formação perseguida, tenha também presente a sua responsabilidade social para com o seu entorno.

1.5 Missão do CIESA

A partir deste modelo, emerge a missão da IES no sentido de oferecer uma educação com qualidade visando ao desenvolvimento sustentável da Amazônia e ao

bem-estar social das populações locais, sem descurar que o seu egresso está inserido no contexto de uma sociedade global, o que pressupõe, ainda, o fornecimento de aptidões que lhe permitam inserir-se competitiva e criticamente no mercado de trabalho, assim como tenha presentes as repercussões peculiares às práticas que desenvolve em suas atividades profissionais.

Assim, pode-se resumir a missão do CIESA como sendo aquela voltada à formação de profissionais capacitados tecnologicamente, bem como conscientes de seu papel social, ao participar da promoção de um projeto de desenvolvimento social sustentável para a região norte do País.

1.6 Descrição da Inserção Regional

O Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA, ao ser instalado na Amazônia Ocidental, em Manaus, cidade de confluência do Rio Negro com o Amazonas, reconhece a importância de ser um polo de desenvolvimento dessa região de fronteira econômica em que está inserida, contribuindo para a formação profissional e científica de sua comunidade, e acionando a consciência amazônica, no Centro da Amazônia Ocidental, com a finalidade de tomar-se um centro referencial das discussões dos problemas da Amazônia e das soluções que são exigidas pela sociedade desta parte do país.

Esse é o compromisso político/educacional que o CIESA entende ter de assumir por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, e nas ações junto à sociedade por força das atividades que realize, reconhecendo que sua concepção institucional somente se completa na medida em que dê ênfase à contemplação da própria região, encarando a necessidade de preservação das riquezas regionais e na razão em que favoreça o desenvolvimento sustentado da Amazônia Ocidental.

Cabe ressaltar que o CIESA é a instituição educacional particular mais antiga do Estado do Amazonas ao lado da Universidade Federal. Seu olhar na área de abrangência da Amazônia Ocidental está voltado para Roraima e Acre.

Assim, três desafios surgem como objetivos a serem perseguidos:

A contemplação - reconhecimento do que é a região, do parque e dos recursos naturais que estão aqui à disposição do homem, dos danos já causados pelo Homem à

Natureza, das perdas ocorridas e das formas de recuperação da região para ser objeto de atenção do mundo.

A preservação - impõe o reconhecimento das áreas já danificadas, de maneira que, sem prejuízo dos trabalhos dos estudiosos sobre a Amazônia, sejam os próprios amazônidas a estudarem esta área do Brasil. Como preservar, para que preservar, como atender às necessidades da gente amazônida sem a destruição da natureza, tudo isto compõe um quadro desafiador que o CIESA pretende ter como meta de trabalho.

O desenvolvimento sustentado da Amazônia Ocidental - deverá resultar do mergulho da Instituição no estudo das ciências aplicadas e da tecnologia ligadas a educação do povo, pois que, sem educação, no sentido mais estrito, não é possível erguer esta área do Brasil.

Inserido nessa realidade o CIESA, ciente de sua função social, tem por meta prioritária a solidificação da consciência amazônica, por meio da dissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, uma vez que o desenvolvimento no modelo sustentável exigirá mudanças profundas no comportamento das comunidades, mediante o desenvolvimento de uma relação mais harmônica dos homens entre si e destes com a natureza e a sociedade.

O CIESA é parte componente da comunidade regional. Nele estão refletidos todos os valores, interesses e contradições dessa comunidade. Assim, para dar conta da complexidade da sua inserção ele deve conjugar dialeticamente sua dimensão de reflexão com sua dimensão de força transformadora, desenvolvendo ações que deem conta da sua missão na formação de quadros qualificados, na perspectiva da cidadania, da ciência e da técnica, buscando criar, adequar e difundir conhecimentos e cultura.

Pensando nessa perspectiva, o CIESA propõe em seu PDI novos cursos e ações para atender a demanda numa visão de futuro que privilegie as perspectivas de negócios, de ciências aplicadas e de tecnologia em especificidades que, juntamente com os cursos que já tem oferecido, proporcionem conhecimentos necessários para a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Apesar dos fortes ventos globalizantes, não se pode deixar de lado os valores e formas de convivência micro comunitárias, em que cada comunidade deverá observar o mundo e observar-se nele, resgatando sua história e identidade para não perder-se em

seus problemas particulares. Nesse sentido o universal deverá estar refletido em cada comunidade, construindo a riqueza cultural e social do futuro.

A integração do CIESA com a sociedade ocorrerá a partir das relações do homem com a realidade amazônica, mediante um sistema aberto e plural de realimentação do processo de formação superior.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Com o Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários a Instituição pretende preparar profissionais qualificados para o planejamento, desenvolvimento, organização materiais e processos, principalmente no que diz respeito ao suporte e apoio técnico-administrativo a escritórios de advocacia, de auditoria jurídica, recursos humanos e departamentos administrativos, bem como cumpre as determinações legais atribuídas a cartórios judiciais e extrajudiciais, executando procedimentos e registros cabíveis.

O mercado de trabalho é abrangente, podendo atuar em empresas privadas: departamentos jurídicos, departamento de recursos humanos, financeiro e contábil, escritórios de advocacia e escritórios de auditoria jurídica e Serviços de Atendimento ao Cliente (SAC); setor público: departamentos administrativos que necessitem de assistentes com conhecimento jurídico, cartórios extrajudiciais e judiciais e tribunais arbitrais.

Nesse sentido é importante destacar que o Curso contempla conhecimentos propedêuticos, profissionais e práticos visando o entrelaçamento das disciplinas por meio da composição da matriz curricular, de forma a não estabelecer momentos estanques para cada um deles.

2.1 Nome do Curso

Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários.

2.1.1 Endereço de Funcionamento:

Rua Pedro Dias Leme, 203 – Bairro Flores, CEP: 69.058-818 Manaus- AM.

2.1.2 Concepção Legal

Os Cursos Superiores de Tecnologia constituem modalidade prevista nos Arts. 39 e seguintes da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Nos arts. 1º, inciso III, 5º, 6º, e 7º, do Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004;

Na resolução CP/CNE n.º 03, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;

No art. 3.º da Portaria MEC n.º 1.024, de 11 de maio de 2006; e na Portaria MEC N.º 413/2016;

No Parecer CNE/CES n.º 277/2006;

No Parecer CNE/CES n.º 19/2008;

No Artigo 81 da Lei 9394/96; Artigo 44, inciso III do Decreto 5773/06, que admite o Curso Experimental em oferta legal e regular com outra denominação; Artigo 28 da Portaria 40.

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários foi autorizado pela Resolução CONSUN CIESA N.º 001/2012 de 07/08/2012.

2.2 Perfil do Curso

O Curso pretende formar profissionais gestores, que executem serviços técnicos relacionados diretamente com os objetivos institucionais do Poder Judiciário, bem como, de suporte aos seus órgãos, suprimindo-os dos meios necessários ao desenvolvimento das funções de supervisão, coordenação e direção de cartórios judiciários; apoio técnico-especializados aos órgãos julgadores; magistrados; escritórios e acessórias jurídicas.

A formação deste profissional é nova e polivalente devendo atuar com segurança e responsabilidade no segmento, buscando o profissionalismo com base em pesquisa, atualização e, especialmente, em visão empreendedora para região Norte.

Nesse sentido é importante destacar que o Curso contempla conhecimentos profissionais e práticos visando o entrelaçamento das disciplinas por meio da composição da matriz curricular, de forma a não estabelecer momentos estanques para cada um deles.

2.3 Objetivos do Curso

Para cumprir com seus propósitos, o Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, objetiva:

2.3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados para o exercício das atividades pertinentes a Organização de Serviços Judiciários, atendendo a uma demanda que é existente de colaboradores de nível superior com formação adequada para o apoio aos órgãos jurídicos, em geral, existentes nos variados setores como, Tribunais, cartórios, varas especializadas, juizados especiais, em nível estadual e federal, Ministério Público, Defensoria Pública, Órgãos de advocacia em Instituições Públicas e Privadas e Escritórios de Advocacia, de forma a auxiliar em todas as atividades pertinentes à organização e controle das mesmas.

2.3.2 Objetivos Específicos

- Preparar profissionais dotados de conhecimentos relacionados à organização da estrutura do sistema judiciário em especial da Justiça Estadual, suas divisões e processos de correição e que em seus aspectos gerais e especiais possam atuar conhecendo e compreendendo as vertentes jurídicas, de forma a desempenhar as atribuições necessárias ao bom desenvolvimento das atividades judiciárias.
- Qualificar os alunos para assumirem suas atribuições e deveres sociais como colaboradores de instituições responsáveis por atividades judiciárias.
- Favorecer ou criar condições para que os discentes construam a consciência da importância que o exercício de suas atividades

profissionais tem como condição de possibilidade de realização e exercício da cidadania.

2.4 Modalidade do curso

Educação Presencial

2.5 Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceito de Curso (CC)

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários encontra-se em processo de avaliação de reconhecimento pelo MEC.

2.6 Carga horária do curso

A matriz curricular concebida para o curso contempla 1860 horas de carga horária, já incluídas as 80 horas da disciplina optativa, na qual é disponibilizada a disciplina LIBRAS, entre outras; as 120 horas de estágio supervisionado, as 80 horas de Trabalho de Conclusão de Curso e as 60 horas de atividades complementares.

2.7 Duração do curso

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários tem duração de 2 (dois) anos, que é o prazo definido pela legislação vigente, evitando-se, dessa forma, prolongar demasiadamente a permanência do estudante na IES.

2.8 Número de Vagas

São oferecidas 50 vagas anuais, sendo 50 vagas no turno noturno.

2.9 Concepção Acadêmica

A estrutura curricular foi construída para atender à proposta pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Organização em Serviços Judiciários e constitui-se de um conjunto articulado de disciplinas cuja carga horária perfaz um total de 1860 horas, correspondentes a 40 créditos, distribuídos em 02 anos letivos. Deste total 1600 horas referem-se às disciplinas, 120 horas ao estágio supervisionado, 80 horas de trabalho de

conclusão de curso e 60 horas referentes às atividades complementares. E 80 horas de Trabalho de Conclusão de Curso o que aponta para uma estrutura formativa completa e que visa dar conta de toda a extensão necessária ao desenvolvimento do Curso.

Neste sentido, objetivou-se, para atender ao perfil profissional pretendido e expresso neste Projeto Pedagógico, construir uma matriz curricular que refletisse todos os aspectos peculiares ao profissional de Organização de Serviços Judiciário.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Contexto Educacional

Nas últimas décadas, o Brasil tem sido considerado como uma das nações potencialmente emergente por meio do desenvolvimento de novas tecnologias para a exploração de seus recursos naturais e capacidade produtiva.

Além de modernizar os processos de exploração dos recursos, o Brasil necessita assegurar uma melhor qualificação de mão-de-obra para atender esta demanda generosa e relativamente estável do mercado. Dessa forma, o CIESA em consonância com suas diretrizes, volta sua atenção à qualificação profissional.

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários estruturou-se para formar um profissional polivalente que atue nas atividades de organização de serviços em ambiente jurídico. Este profissional envolve-se na solução de problemas, prestando serviços de qualidade.

A economia no Amazonas é muito dependente da atividade do Polo Industrial de Manaus (PIM), cujos efeitos agem como elemento propulsor do desenvolvimento regional.

A cidade de Manaus concentra 82% do PIB do Amazonas (R\$ 58.290 bilhões em 2010) que responde por 1,6% do PIB nacional, com quase a totalidade da produção direcionada ao mercado nacional - 90% resto do país, 3% local e 7% exterior -, cujas oscilações eventuais se projetam na economia local. Atualmente, o PIM abriga cerca de 400 empresas com elevados índices de produtividade, automação, competitividade e inovação tecnológica.

Inserido nesta realidade, O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários proposto pelo CIESA, a partir da concepção de seus objetivos e dos três desafios: Contemplação, a preservação e o desenvolvimento sustentado visa formar profissionais para a comunidade, acionando a consciência amazônica.

O tecnólogo em organização de Serviços judiciários é parte integrante da comunidade regional. Nele estão refletidos todos os valores, interesses e contradições dessa comunidade. Assim, para dar conta da complexidade da sua inserção, ele deve conjugar dialeticamente sua dimensão de reflexão com sua dimensão de força transformadora, desenvolvendo ações que deem conta da sua missão como agente integrador na perspectiva da cidadania, da ciência e da técnica, buscando criar, adequar e difundir conhecimento e cultura.

3.2 Articulação entre o PPC, PPI E O PDI

O Projeto Pedagógico do Curso guarda coerência com o Projeto Pedagógico Institucional quanto ao referencial teórico-metodológico, princípios, diretrizes, abordagens, estratégias e ações. O curso foi implementado com base nas seguintes diretrizes gerais:

- Metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho, nas diversas carreiras de nível superior;
 - Planos de ensino que propiciem a integração, simultânea, entre teoria e prática;
 - Avaliação formativa e continuada da aprendizagem, minimizando as avaliações quantitativas centradas meramente na acumulação de informações de cunho teórico-doutrinário;
 - O educando como centro do processo pedagógico, mediante a assistência e atendimento em todos os momentos de sua vida acadêmica, ao lado da oferta de ensino de qualidade, apoiado em um corpo de professores qualificados e em recursos metodológicos, bibliográficos e tecnológicos adequados;
 - Sistema organizacional que respeite as individualidades e harmonize a convivência acadêmica, em todos os níveis e categorias;

- Integração do educando à comunidade social, por meio de programas e ações de iniciação científica e extensão, em parceria com organizações, empresas e instituições governamentais ou particulares de Manaus;

- Convênios interinstitucionais para viabilizar a troca de experiências e de informações entre a comunidade acadêmica do Curso, a comunidade local e regional e organizações brasileiras e estrangeiras;

Desta forma, o Curso mantém coerência com os objetivos do CIESA que pretende:

- Capacitar profissionais, em cursos e programas de graduação, pós-graduação, para a realização de atividades específicas, especialmente para a docência em nível superior;

- Desenvolver programas de iniciação científica e de extensão;
- Participar dos processos de desenvolvimento socioeconômico de Manaus;
- Manter intercâmbio com instituições congêneres, nacionais ou estrangeiras, e;
- Oferecer serviços de qualidade, em todas as áreas em que atuar.

O Curso guarda congruência com a política de responsabilidade social, especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio. Além disso, está compromissado com as metas institucionais, expressas no PPI e PDI.

Os princípios metodológicos, delineados nas diretrizes pedagógicas, são consignados no Projeto Pedagógico do Curso, com o objetivo de conduzir o educando a aprender a ser, a fazer, a viver em sociedade e a conhecer, para a formação de um perfil profissional universalista, mas centrado em especificidades indispensáveis à empregabilidade, tais como:

- Comportamento humano e ético.
- Criatividade e inovação.
- Aprendizagem continuada.
- Trabalho em equipes multidisciplinares.
- Domínio de comunicação e expressão.
- Domínio de procedimentos básicos no uso de computadores e navegação nas redes da tecnologia da informação.

3.3 Auto Avaliação

A lei 10.861, de 14 de abril de 2004, além de estabelecer o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), delega a Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição a função de avaliar o funcionamento dos cursos e da instituição como um todo, sob os pontos de vista pedagógico, acadêmico e estrutural.

Os mecanismos de avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) abrangem toda a comunidade acadêmica, infraestrutura física e condições de ensino, biblioteca, avaliação de cursos, recursos humanos e financeiro, recursos de informação e comunicação, secretaria acadêmica, órgãos de apoio, apoio psicopedagógico, além da comunidade externa por meio dos egressos da instituição e membros da sociedade civil.

A divulgação dos mecanismos de avaliação se dá por meio de campanhas de comunicação institucionais e da divulgação ativa por professores e coordenadores de curso. A aplicação das avaliações é feita pela “internet”, por meio do Ciesa Educacional, sendo este acessível a todos os técnicos, professores, coordenadores e discentes do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Os resultados são divulgados em uma ordem progressiva, desde a reitoria, passando pelas coordenações de curso e docentes, corpo de apoio técnico e por fim aos representantes discentes de cada turma, que irão divulgar aos demais alunos.

Os resultados da avaliação institucional são amplamente discutidos em todos os âmbitos institucionais e são fundamentais na compreensão do funcionamento da instituição pontualmente dentro de cada esfera avaliada. Além de determinar a percepção da comunidade sobre a instituição os resultados também direcionam as ações de melhoria dentro de cada curso.

Por meio dos resultados da avaliação é que são identificados pontos que necessitam de melhorias e as mesmas são executadas, tanto na infraestrutura dentro dos espaços acadêmicos (salas de aula), laboratórios, biblioteca e seções de atendimento ao público quanto nos serviços prestados ao público (atendimento aos discentes e docentes, canais de comunicação entre os envolvidos, atendimento ao público em geral) e no âmbito didático-pedagógico.

Após os resultados da avaliação, deverá ser executado, de forma a não só aperfeiçoar serviços e processos que são bem avaliados, mas também intervir em processos que recebem avaliações não satisfatórias.

Um exemplo de aplicação dos resultados das avaliações institucionais está na constante formação do corpo docente por meio dos encontros pedagógicos frequentes (definidos em calendário oficial), na oferta de cursos de extensão (que visam preencher lacunas de formação apontadas pela comunidade acadêmica durante a avaliação) e no constante aprimoramento do Sistema Ciesa Educacional. Além disso, a avaliação institucional tem papel central no diagnóstico do desempenho pedagógico dos professores, o qual é constante, uma vez que a avaliação é aplicada semestralmente.

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários promove a análise e a discussão dos resultados da avaliação da CPA, a fim de produzir melhorias contínuas no curso, seguindo diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional. O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários prevê para as avaliações externas o mesmo tratamento dado à avaliação institucional interna, quando os mesmos estiverem disponíveis, por meio não só de ações internas ao curso, mas também por meio de propostas para ações institucionais.

A avaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que o CIESA oferece para a sociedade. Além disso, confirma também sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior.

3.4 Perfil Profissional do Egresso

O perfil profissional dos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários foi elaborado a partir da concepção dos objetivos do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA e do Curso, tendo em vista o mercado de trabalho regional; as mudanças socioeconômicas e tecnológicas; a nova legislação que disciplina a formação de recursos humanos, que contempla os cursos tecnológicos, particularmente atendendo às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Seu perfil permite atuar nos processos organizacionais e, especialmente, para a articulação das diversas áreas dentro da concepção e visão sistêmica dos profissionais

que atuam na área judicial e que não necessitem possuir o diploma de bacharéis em direito. Devendo ter atuação profissional na área jurídica, como cartórios judiciais, extrajudiciais, escritórios de advocacia, conciliação, mediação e arbitragem, assessoria legislativa entre outras.

Os processos organizacionais são apresentados de forma a proporcionar uma constante atualização e capacitação do corpo discente e dos egressos em sua vida profissional.

3.5 Formas de Ingresso

O Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas valoriza o educando, proporcionando acesso ao ensino superior pelas seguintes formas:

- Processo Seletivo ou Vestibular - exame classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio, ou equivalente e desejam ingressar em curso de graduação;
- Transferência – quando o aluno oriundo de outra IES, no decorrer do curso de graduação, solicita transferência por meio de solicitação de vaga. A Transferência poderá ser obrigatória ou facultativa;
- Portador de Diploma de Curso Superior – pode ser admitido por meio de processo seletivo especial, aberto por edital.
- Seleção por Desempenho Escolar/ ENEM – por meio do resultado do Enem, a seleção de desempenho escolar é feita por meio de processo seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que tenham participado do último Exame Nacional de Ensino Médio. No caso da demanda ser superior a oferta, a classificação dos candidatos dar-se-á por entrevista até o preenchimento das vagas.

3.6 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

A Articulação entre PDI, PPI e PPC é definida nos documentos citados e executada pelo Curso. O CIESA estabelece as seguintes políticas institucionais, as quais são praticadas pelo Curso:

- Desenvolver ações comprometidas com a realidade regional a que serve;

-Ocupar uma posição fundamental e estratégica na realidade local, no desenvolvimento tecnológico e socioeconômico da região, por meio de ação direta do ensino, da pesquisa e da extensão.

-Promover a educação e a formação humanística numa perspectiva ética e de responsabilidade social;

-Oferecer situações de aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com uma sociedade justa;

-Envidar esforços no sentido de operacionalizar os dispositivos legais que amparam iniciativas no campo da educação inclusiva;

-Oportunizar o ensino de qualidade, numa perspectiva transformadora da sociedade;

-Incentivar a prática investigativa;

-Promover as atividades extensionistas, abertas à participação da comunidade;

-Estreitar laços de relacionamento com seus ex-alunos por meio de Programa de Acompanhamento de Egressos;

-Manter programas de apoio à comunidade acadêmica;

-Garantir estrutura para o desenvolvimento da educação continuada e da educação profissional;

-Promover a integração com outros centros irradiadores de conhecimento.

Ensino:

As políticas norteadoras do ensino superior nos cursos de graduação, ofertados pelo CIESA, respeitadas suas áreas de vinculação, visam a garantir:

I. As características comuns (carga horária, ementa, conteúdo) nas disciplinas de formação básica;

II. Compromisso com a missão institucional do CIESA e sua conseqüente articulação com a pesquisa e a extensão;

III. Articulação com os segmentos do setor produtivo da sociedade;

IV. Contextualização local e regional, desenvolvendo ações de Responsabilidade social;

V. Ensino por professores qualificados, titulados e atualizados, bem como disponibilização de Infraestrutura moderna, ambos os quesitos com vistas ao atendimento eficiente do alunado.

3.7 Políticas de Ensino do Curso

Para operacionalizar estas políticas, o currículo do Curso apresenta coerência com o perfil do egresso, os docentes têm formação pertinente a cada atividade; o dimensionamento da carga horária contempla: atividades de sala de aula, extraclasse, complementares, estágios, demais atividades práticas. Nesse princípio, o Curso se mantém atento aos métodos e à metodologia que envolve as práticas didático-pedagógicas, tais como:

- Aulas teóricas;
- Seminários e Fórum;
- Trabalhos Interdisciplinares;
- Núcleo de Práticas Jurídicas;
- Instituição de Projetos e Programas de Extensão; e
- Atividades complementares presentes no regimento, num total de 60 horas.

Incluem-se nessas práticas pedagógicas mecanismos de revisão, acompanhamento, programas de estudos e a Avaliação da Aprendizagem.

As atividades de extensão são oferecidas por meio de cursos, visitas técnicas e execução de projetos de pesquisa. A pesquisa é estimulada com a adoção do Projeto de Integração Multidisciplinar, inserido na matriz curricular no segundo ano do curso.

As atividades de extensão entram no rol das atividades complementares juntando-se aos outros cursos e instituições acadêmicas ou não.

O Curso se comunica com a sociedade e internamente por meio do Site do CIESA, www.ciesa.br, onde possui um link de acesso ao curso.

As estratégias e meios de publicitação das atividades do curso na comunidade interna e externa são realizados por meio do Informativo editado pela Comunicação Social, Site do CIESA e uso das mídias sociais, como Facebook e Whatsapp.

Os procedimentos de recepção de sugestões e respostas ocorrem diretamente na Coordenação, a qualquer tempo, na sala de aula, em reuniões semanais com os alunos ou por meios digitais.

3.8 Políticas de Extensão do Curso

No e que diz respeito às políticas de ensino, o Plano de Desenvolvimento Institucional do CIESA prevê que o ensino de graduação adotará:

- Apresentação e execução, pelo corpo docente/coordenação de curso, cursos de extensão elaborados, a partir das necessidades oriundas do relatório da CPA e de auto avaliação do curso;
- Incentivo aos trabalhos interdisciplinares com foco na responsabilidade social por meio de projetos de qualificação profissional às comunidades carentes do entorno;
- Oferecimento de cursos de extensão em áreas selecionadas, conforme as demandas da comunidade, detectadas mediante sondagem sistemática;
- Estímulo à experimentação de novas metodologias de trabalho comunitário ou de ações sociais, envolvendo o aluno com diferentes possibilidades de atuação com objetivo de reduzir as diferenças sociais e promover a disseminação do conhecimento do bem público.

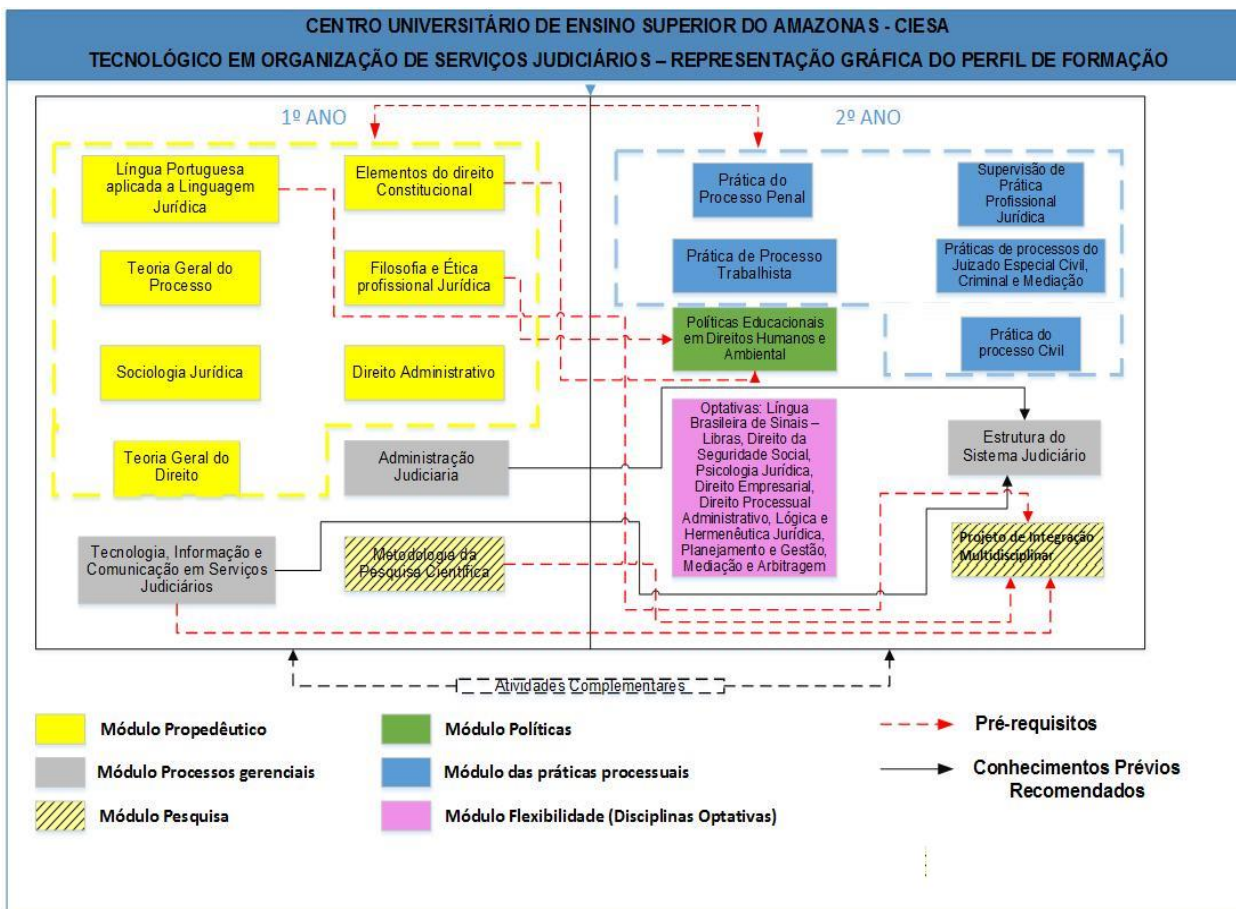
4. ESTRUTURA CURRICULAR

1º ANO				
DISCIPLINA	CR	CHT	CHP	CH
ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	2	40	40	80
DIREITO ADMINISTRATIVO	2	80	0	80
ELEMENTOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL	2	80	0	80
FILOSOFIA E ÉTICA PROFISSIONAL JURÍDICA	2	80	0	80
LINGUA PORTUGUESA APLICADA A LINGUAGEM JURÍDICA	2	80	0	80
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	2	80	0	80
SOCIOLOGIA JURÍDICA	2	80	0	80
TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	2	40	40	80
TEORIA GERAL DO DIREITO	2	80	0	80
TEORIA GERAL DO PROCESSO	2	80	0	80
TOTAL	20			800

2º ANO				
DISCIPLINA	CR	CHT	CHP	CH
ESTRUTURA DO SISTEMA JUDICIÁRIO	4	80	80	160
OPTATIVA	2	80	0	80
POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS E AMBIENTAL	2	40	40	80
PRÁTICA DE PROCESSO TRABALHISTA	2	40	40	80
PRÁTICAS DE PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL CIVIL, CRIMINAL E MEDIAÇÃO	2	40	40	80
PRÁTICA DO PROCESSO CIVIL	2	40	40	80
PRÁTICA DO PROCESSO PENAL	2	40	40	80
PROJETO DE INTEGRAÇÃO MULTIDISCIPLINAR	2	40	40	80
SUPERVISÃO DE PRÁTICA PROFISSIONAL JURÍDICA	2	40	40	80
TOTAL	20			800
OPTATIVAS				
DISCIPLINA OPTATIVA	CR	CHT	CHP	CH
DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL	2	80	0	80
DIREITO EMPRESARIAL	2	80	0	80
DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO	2	80	0	80
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	2	80	0	80
LÓGICA E HERMENÊUTICA JURÍDICA	2	80	0	80
MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	2	80	0	80
PLANEJAMENTO E GESTÃO	2	80	0	80
PSICOLOGIA JURÍDICA	2	80	00	80
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	0	60	0	60
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	0	80	0	80
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	0	0	120	120
TOTAL GERAL	40			260

QUADRO RESUMO	
FORMAÇÃO TEÓRICA	1160
FORMAÇÃO PRÁTICA	440
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	60
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	120
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	80
TOTAL GERAL	1860

4.1 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO



4,2 Atendimento aos Requisitos Legais e Normativos:

Libras, Educação Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Políticas de Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Proteção da Pessoa com Transtorno do Expecto Autista.

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, para atender o Decreto N. 5.626/2005, a Resolução CNE/CP N°01 de 17/06/2004, a Lei N°9.795 de 27/04/1999 e o Decreto N°4.281 de 25/06/2002, previu a inserção de Libras na estrutura curricular como disciplina optativa, de conteúdos disciplinares e atividades curriculares sobre a Educação Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e, de modo transversal, contínuo e permanente, as Políticas de Educação Ambiental e de Educação em Direitos Humanos.

A Resolução CNE/CP N°01 de 17/06/2004 e Resolução CEPE CIESA N°005/2011 tem como objetivo reconhecer e valorizar a identidade, cultura e história dos

afro-brasileiros, bem como a garantir o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas. No Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários os temas foram inseridos, de modo transversal e interdisciplinar, no conteúdo das disciplinas: Sociologia Jurídica, Filosofia e Ética Profissional Jurídica, Políticas Educacionais em Direitos Humanos e Ambiental; e Elementos do Direito Constitucional. Participa de forma integrada aos demais cursos da IES nos eventos programados para discutir os assuntos tratados nas Resoluções do MEC, buscando por meio de orientações, princípios e fundamentos o reconhecimento da história e da cultura dos índios e africanos na formação da etnia brasileira, assim como, questões voltadas à pluralidade Étnica-Raciais e que foram introduzidas, com o objetivo de formar cidadãos com posturas transformadas em nível social, promovendo a valorização e práticas antirracistas.

As Políticas de Educação Ambiental, previstas pela Lei N°9.795 de 27/04/1999 e pelo Decreto N°4.281 de 25/06/2002 e a Resolução CEPE CIESA N° 006/2010, tem como objetivo a construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade. Para tanto foram integralizadas no Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, de modo transversal nas disciplinas: Sociologia Jurídica, Filosofia e Ética Profissional Jurídica, Políticas Educacionais em Direitos Humanos e Ambiental; e Elementos do Direito Constitucional, onde o tema é trabalhado de forma ampla, contemplando os seguintes tópicos: Responsabilidade Social: Conceito e história da responsabilidade social; Ação social; Atividades extensionistas. É válido ressaltar que a introdução desses tópicos contempla os objetivos do requisito legal sobre educação ambiental por trabalhar o entendimento do aluno sobre a complexidade ambiental, que supera os limites da natureza e envolve a inter-relação de aspectos econômicos, políticos, culturais, éticos e sociais.

As Políticas Nacionais de Educação em Direitos Humanos, previstas pela Lei N°9.394/1996 e pelo Parecer CNE/CP N°8/2012 de 06/03/2012 e a Resolução CEPE CIESA N° 001/2013, tem como objetivo a promoção de uma educação voltada para a democracia, cidadania, superação do racismo, homofobia e outras formas de discriminação, promovendo a cultura da paz. Para tanto, o Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, tendo como foco dirigido uma educação voltada

para o respeito mútuo e pelas diferentes culturas e tradições da sociedade, tem nas disciplinas Sociologia Jurídica, Filosofia e Ética Profissional Jurídica, Políticas Educacionais em Direitos Humanos e Ambiental; e Elementos do Direito Constitucional, a ferramenta fundamental para a perfeita compreensão dos Direitos Humanos e sua aplicabilidade nas atividades do Tecnólogo em Organização de Serviços Judiciários.

A Lei 12.764 de 27/12/2012, institui a política nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista, este texto legal tem o objetivo de criar amparo às pessoas com transtorno do espectro autista, reconhecendo-a como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (§2º do art.1º), não somente para o âmbito de abrangência do corpo da lei, mas para todo o ordenamento jurídico nacional, na medida de suas desigualdades, respeitando os interesses e as necessidades de inclusão das pessoas portadoras do transtorno do espectro autista, atendendo aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) e ao propósito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência –CDPD (ONU/2006), definidos no seu art.1º, nos seguintes termos: O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. O MEC publicou a Nota Técnica Nº24/2013/MEC/SECADI/DPEE de 21/03/2013, prestando as orientações aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei Nº 12.764/2012. O CIESA, por meio da Resolução CEPE-CIESA Nº004/2013 de 20/12/2013, instituiu as Diretrizes que tratam da efetivação do direito à educação e consecução da inclusão escolar e da implementação das ações educativas a serem disponibilizadas às pessoas com transtorno do espectro autista, cuja finalidade é assegurar o acesso à educação superior, promovendo as condições para sua inserção educacional, profissional e social. Reconhecendo o significado da inclusão para que as pessoas com transtorno do espectro autista tenham assegurado seu direito à participação nos ambientes comuns de aprendizagem, construindo as possibilidades de inserção no mundo do trabalho. E condições com as demais pessoas, na comunidade acadêmica e terem garantidas as adaptações razoáveis de acordo com suas necessidades individuais, no contexto do ensino regular, efetivando-se, assim, medidas de apoio em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. A

temática é discutida em sala de aula sensibilizando os alunos, bem como durante os eventos do Projeto Abril Azul.

Condições de Acesso para pessoas com deficiência e/ou Mobilidade reduzida Decretos n. 5.296/2004, n. 6.949/2009, n. 7.611/2011 e na Portaria 3.284/2003.

O Centro Universitário de Ensino Superior – CIESA apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, atendendo ao Decreto 5.296/2004 a instituição disponibiliza em sua estrutura física rampas de acesso, estacionamento privativo/reserva de vagas e barras de apoio para atender pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, às áreas acadêmico-administrativa.

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, consciente de sua Responsabilidade Social e bem estar da comunidade, desenvolve, de forma integrada com os outros cursos da IES, o projeto "Caminhada Ambiental", com o fito maior de proporcionar aos acadêmicos a aplicação de seus conhecimentos adquiridos na academia junto à sociedade, rompendo paradigmas, transformando-os em cidadãos comprometidos com o bem estar social. O Projeto Caminhada Ambiental tem como objetivo a educação ambiental, junto aos moradores de baixa renda do Bairro da União, fazendo com que estes possam, por meio do conhecimento, ter uma vida mais saudável. Para tanto, desenvolve com a comunidade uma coleta de lixo reciclado, que em troca são fornecidas cestas básicas, ofertadas pelos alunos dos Cursos aos moradores do bairro.

O Curso promove por meio do Projeto de Ação Social Mão Amiga, doação de alimentos, material de limpeza e brinquedos, ao Lar Dr. Jannel Doyle de crianças em situação de risco; ao Abrigo Moacir Alves (AMA), para crianças com deficiência, mediante a entrega de produtos de limpeza, alimentos e brinquedos para os assistidos; no Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GAAC), com doações de latas de leite em pó; ao Asilo São Vicente de Paula, com doação de cestas básicas.

Para mostrar aos discentes, por meio da participação em um projeto social em parceria com os demais alunos dos cursos, o quanto pode um grupo de agentes facilitadores criar condições de geração de renda e de promoção do civismo e cidadania em uma comunidade carente.

4.3 Considerações sobre o Currículo

A Coordenação e o Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, responsáveis pela coordenação da construção coletiva do PPC definiram a estrutura curricular em consonância com a Resolução CNE/CES Nr. 3, de 18 de dezembro de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para os Cursos Superiores de Tecnologia e pela Resolução CNE/CES Nr. 3, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências, o curso possui a duração da hora-aula de 60 minutos.

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários é ministrado no período noturno, com duração 02 (dois) anos, com carga horária total de 1860 horas, dividida em: 1160 horas de conteúdos teóricos, 440 horas de conteúdos práticos, 120 horas de Estágio Supervisionado, 60 horas de Atividades Complementares e 80 horas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

São desenvolvidas Atividades Integradoras sob a orientação docente por meio de suportes pedagógicos em espaços extraclases, tais como: oficinas, visitas técnicas, estudos dirigidos, seminários, projetos, atividades em biblioteca, estudos de caso, entre outros.

4.4 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

1º ANO		
CENTROUNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DOAMAZONAS–CIESA		
Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica Científicas		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
O método científico. pesquisa e teoria, as orientações metodológicas, a concepção das pesquisa e as técnicas empíricas. Introdução aos fundamentos técnicos e científicos da abordagem científica na administração judiciária. a concepção da pesquisa e as técnicas empíricas. Análise crítica de pesquisas na administração judiciária. A pesquisa quantitativa e qualitativa. Passos na realização de uma pesquisa: Os passos e os componentes. Relatórios da pesquisa. Elaboração de um projeto de pesquisa: Estrutura e conteúdo. Especificidade do projeto na área da administração judiciária.		
Básicas	Complementares	
BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 14ª ed. São Paulo: Saraiva 2014. FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 5. ed. - São Paulo: Saraiva, 2006. LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. - São Paulo: Saraiva, 2010.	HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, Joao Bosco. Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso. 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2014. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. - São Paulo: Cortez, 2007. TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica da ciência e da pesquisa. 11. ed. - Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.	

DISCIPLINA Língua Portuguesa Aplicada a Linguagem Jurídica		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Concepções, níveis e estratégias de leitura. Gêneros textuais e tipos de texto: dissertação, narração (relato e narrativa ficcional), descrição objetiva e subjetiva. A construção do texto dissertativo expositivo e argumentativo: definição, assunto, tema, ideia-núcleo, objetivo. A estrutura dissertativa: formas de introdução, tipos de desenvolvimento de parágrafos no corpo do texto, conclusão. Recursos da textualidade: coesão, coerência, intertextualidade e intencionalidade. Competência textual discursiva na Redação técnica- correspondências: requerimento extrajudicial simples, procuração, ofício. Competência Textual-Discursiva na Petição Inicial: definição, função, linguagem, estrutura e modelos. A semiótica e a semiologia na linguagem jurídica: definições e distinções nas teorias de Sanders Peirce e Ferdinand de Saussure; os signos e símbolos na linguagem jurídica. A teoria da argumentação de Chaim Perelman: a argumentação como função do auditório; demonstração e argumentação; o conceito de auditório universal; distinções entre persuadir e convencer; análise da estrutura da argumentação. A sedução no discurso jurídico: o poder da linguagem nos tribunais de Júri. Revisão gramatical aplicada à produção de textos dissertativos e de documentos.		
Básicas	Complementares	
MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua Portuguesa: Atividades de Leitura e Produção de Textos.3 ed. - São Paulo: Saraiva, 2009. ALEXY, Robert. Teoria da argumentação Jurídica: A teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica.3.ed.- São Paulo: Forense,2013. MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. 10.ed- São Paulo Atlas, 2009	BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37.ed- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. Curso de Português Jurídico. 11 ed- São Paulo Atlas,2010 SOUZA, Luiz Marques; Carvalho, Sergio Waldek. Compreensão e Produção de textos.18. ed- Petrópolis (RJ): Vozes, 2014	

DISCIPLINA: Elementos do Direito Constitucional		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Elementos da Constituição: Estrutura normativa da Constituição vigente: Disposição Permanente (250 artigos): Preâmbulo, Do Título I ao IX, Atos das disposições constitucionais transitórias (94 artigos), Emendas Constitucionais (51 emendas), Comparação entre a estrutura da CF/88 e CF/69, Agrupamento doutrinário das normas constitucionais segundo a finalidade: Elementos Organizacionais ou Orgânicos: Normas que tratam da organização (estruturação) do poder; Elementos Limitativos; Elementos Sócio-ideológicos; Elementos de Estabilização Constitucional; Elementos Formais de Aplicabilidade.		
Básicas	Complementares	
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 30ª. ed.- São Paulo: Atlas Editora, 2014	BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014	
LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. 18ª ed. São Paulo: Saraiva 2014	TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014	
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37ª ed. São Paulo: Malheiros 2014	BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 29. ed. - São Paulo: Malheiros, 2014	

DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Noções de Direito Processual; Noções introdutórias; Jurisdição; Ação; Competência das partes e seus Procuradores; Atos processuais. Noções preliminares de Direito Processual. Interdisciplinaridade do Direito Processual. Norma processual. Princípios. O Processo como meio de solução de conflitos. A Jurisdição. Poder Judiciário. Ministério Público. Advogados. Órgãos auxiliares da Justiça. Competência. Ação. Processo. Relação Jurídica Processual. Atos Processuais. Prazo Processual. Teoria de Nulidades (aspectos gerais).		
Básicas	Complementares	
CINTRA, Antônio Carlos Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido R. Teoria Geral do Processo. 30. - ed São Paulo: Malheiros, 2014	BRASIL, Código Civil e Constituição Federal. 65.ed- São Paulo: Atlas, 2014	
CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Teoria geral do processo. 5. ed. - São Paulo: Saraiva, 2009	CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e competência. 18. ed. - São Paulo. Saraiva, 2012	
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 55. ed. - São Paulo, Forense, 2017. V.1	MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. Ensaios de teoria do direito. São Paulo: Saraiva, 2013.	

Disciplina: Filosofia e Ética Profissional Jurídica			
Curso: Organização de Serviços Judiciários		Carga horária:	Créditos: 2
EMENTA			
Objeto da Filosofia. Noções de Gnoseologia, Ontologia e Axiologia. Ética e teoria da cultura. Ontognoseologia Jurídica. Temas da Filosofia Jurídica. Empirismo e apriorismo jurídicos. A realidade jurídica e o Problema Ontognoseológico. Fenomenologia da ação e da conduta. Explicações unilaterais ou reducionistas da realidade jurídica. Teoria tridimensional do Direito. Direito e Moral. Conceito de Ética; Fundamentos de Ética Geral. Ética Profissional; Fundamentos Éticos e Morais do Comportamento Humano, postura e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racial; Panorama das Relações Humanas na Sociedade; Ética, Moral e Sociedade; Ética como Prescrição de Conduta; Ética nas Organizações; Código de Ética;			
Básicas		Complementares	
NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 11. ed- São Paulo: Revista dos tribunais 2014.		BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica: Ética Geral e Profissional 11.ed São Paulo: Saraiva 2014	
REALE, Miguel. Filosofia do direito. 20. ed. - São Paulo: Saraiva, 2002.		HESSEN, Johannes. Teoria do conhecimento . 3 ed- São Paulo: Martins Fontes, 2012.	
ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito: Uma crítica à verdade na ética e na ciência. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2013		VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 31. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.	

Disciplina: Sociologia Jurídica			
Curso: Organização de Serviços Judiciários		Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA			
Sociologia e noção de justiça. Ciência dos grupos sociais. O princípio da integração social: Durkheim, Weber e Marx. A função da sociologia do direito e a eficácia do direito. Poder, Estado e Controle social. Métodos da sociologia do direito. Finalidades da sociologia. Perspectiva histórica e global. As relações raciais. Desigualdade nas questões racial e social. Promover educação das Relações Étnico-Raciais, da Cultura Afro-Brasileira e Indígena para a valorização da identidade e construção de uma nação democrática			
Básicas		Complementares	
MACHADO NETO, Antonio Luis Sociologia Jurídica 6 ed- São Paulo: Saraiva 1987.(reimpressão)		CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Sociologia Jurídica. 13 ed- Rio de Janeiro – Forense 2013	
COSTA, Cristina. introdução à ciência da sociedade. São Paulo. Moderna. 2010		DURKHEIM Emily. A Regra do Método Sociológico, 7ed- São Paulo: Martin Claret, 2002	
SCURO NETO, Pedro. Sociologia Geral e Jurídica. 7 ed -São Paulo: Saraiva, 2000.		MORAIS, Regis de. Sociologia jurídica contemporânea. Campinas: Edicamp, 2002.	

DISCIPLINA: Administração Judiciária		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Gestão Documental; Gerenciamento da Rotina; Organização do Serviço; Planejamento de atividades; Gestão de Pessoas e Qualidade em serviços. Introdução ao conhecimento da arquivologia e dos arquivos. Organização e Administração de Arquivos. Fases do ciclo vital dos documentos: Arquivos correntes e Protocolo, Arquivos Intermediários, Arquivos permanentes. Arquivos especiais. Técnicas modernas a serviço de arquivo.		
Básicas	Complementares	
PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e Prática, 3ª Edição, Rio de Janeiro: FGV, 2007. MASIERO, Gilmar. Administração de empresas: teoria e funções com exercícios e casos. 3. ed. - São Paulo: Saraiva, 2012. MAXIMIANO, Antonio C. Amaru. Teoria Geral da Administração. Editora Atlas, 7.ed- São Paulo:Atlas, 2012	CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2004. 3º ed- Compacta. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: Tratamento do Documental. 4. Ed-São Paulo: FGV,2007 SCHELLENBERG, Theodore, R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas. 6ª Ed- Rio de Janeiro:FGV.2006	

DISCIPLINA: Teoria Geral do Direito		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Objeto da Teoria Geral do Direito. Pluralidade de significação do Direito. O Direito como Ciência. O conceito de Direito. Ciências afins do Direito. A função social do Direito. A tradicional dicotomia: Direito Público e Direito Privado. As fontes do Direito. Direito e Moral. Direito, equidade e justiça. Norma jurídica. A estrutura da norma jurídica. Os tipos de norma jurídica. A ordem jurídica como um sistema hierárquico. A norma jurídica como estrutura proposicional. A validade e legitimidade da norma jurídica. Direito objetivo e direito subjetivo. Direito Positivo e Direito Natural. Relação Jurídica: noção, objeto, elementos e espécies. Noção de administração de justiça. Hermenêutica e aplicação do Direito. O Direito e a formação do Estado Moderno.		
Básicas	Complementares	
MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. 31 ed - São Paulo, Revista dos tribunais, 2014 NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 39 ed- Rio de Janeiro: Forense, 2017 REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27 ed, São Paulo Saraiva 2002	SIQUEIRA JR, Paulo Hamilton. Teoria do Direito ed 3- São Paulo: Saraiva, 2012 DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à Ciência do Direito. ed 25- São Paulo, saraiva 2014 MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. Ensaios de teoria do direito. São Paulo: Atlas, 2013.	

DISCIPLINA: Tecnologia, Informação e Comunicação em Serviços Judiciários.		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Redes de comunicação de dados, Intranet. Extranet, Sistema de Informação. Sistema de Informação gerencial, Tomada de Decisão, Segurança física de dados e de informação, Ergonomia na informação, Mitos sobre a informática, Terceirização em informática. Introdução ao Processo da comunicação. A estrutura do processo da comunicação. Abordagem sociopolítica da comunicação nas organizações especificidades do Oral e do Escrito. Discurso Direto e Indireto Livre. Condições da argumentação, Consistência dos Argumentos, Sustentação dos Argumentos, Argumentação Formal, Argumentação Informal. Tipos de Comunicação oral . Os Diferentes Tipos de Reuniões. Cultura da Informação; Tipos e usos da informação; Sistemas de informação gerencial; Sistemas especialistas; Sistemas de apoio à decisão; Gerenciamento de sistemas: integração, segurança e controle. O papel da tecnologia da informação nos serviços judiciais; O uso estratégico da tecnologia da informação; Globalização e estratégias competitivas; O impacto ético e social dos sistemas de informação.		
Básicas	Complementares	
LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de Informação Gerenciais. 7 ed. São Paulo Pearson, 2011.	O`BRIEN, James A Administração de Sistemas de Informação. 2ª ed- Porto Alegre (RS): Saraiva, 2004.	
BATISTA, Emerson de O. Sistema de informação: uso consciente da para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004.	BIO, Sergio Rodrigues. Sistemas de Informação: Um enfoque gerencial. 2 ed- São Paulo: Atlas, 2008	
REZENDE, Denis A.; ABREU, Aline F. Tecnologia da Informação Aplicada aos sistemas de informação empresariais: O papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas.9.ed.- São Paulo: Atlas, 2013.	BUENO, Wilson da Costa. Comunicação empresarial: políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009	
DISCIPLINA: Direito Administrativo		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Evolução histórica do Direito Administrativo. Regime jurídico-administrativo no Estado Democrático de Direito. Sujeito de direito. Pessoas jurídicas administrativas. Objeto do Direito Administrativo. Atos e fatos jurídicos. Atos administrativos. Serviço Público. Autarquias. Sociedade de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações e Organizações Sociais. Delegação dos serviços para o setor privado. Servidores Públicos: regime jurídico. A administração pública no âmbito dos direitos fundamentais.		
Básicas	Complementares	
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2017	MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014	
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27 ed- Rio de Janeiro: Atlas, 2014	JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed- São Paulo: Revista dos tribunais, 2014	
MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno.18 ed- São Paulo: Revista dos tribunais 2014	MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. Ed - São Paulo: Malheiros, 2014.	

2º ANO		
CENTROUNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DOAMAZONAS		
DISCIPLINA: Políticas Educacionais em Direitos Humanos e Ambiental		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
<p>Conceito e fundamentação dos Direitos Humanos. Interpretação dos Tratados dos Direitos Humanos. Princípios e Características. Internacionalização e Constitucionalização dos Direitos Humanos. Responsabilidade Internacional por violação dos Direitos Humanos. Estudo do Direito Ambiental apresentando-se a formação do Planeta e suas transformações, com posterior análise dos princípios constitucionais em matéria ambiental, perpassando-se após pelo ordenamento infraconstitucional com atenção para a Política Nacional do Meio Ambiente, Aplicabilidade dos atos normativos em Direito ambiental, Crimes Ambientais e Meios processuais para defesa ambiental.</p>		
Básicas	Complementares	
<p>MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 24º ed. São Paulo, Malheiros, 2016.</p> <p>ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 14º ed. São Paulo. Atlas, 2014</p> <p>COMPARATO, Fabio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2013</p>	<p>FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro, 14º ed São Paulo: Sariva, 2013</p> <p>GRANZIERA, Maria Luiza, Direito Ambiental 3ºed, São Paulo: Atlas. 2011 Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2014</p> <p>MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. 10º ed, São Paulo: Atlas, 2011</p>	

DISCIPLINA: Prática de Processo Trabalhista		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
<p>Estudos da Prática Processual Trabalhista: Ação, jurisdição e processo. A defesa. Procedimento Ordinário e Sumaríssimo. Sentença. Sistema de Recursos. Execução: embargos e agravo de petição. Ações especiais. Direito individual do trabalho. Evolução. Conceito. Fontes. Autonomia. Aplicação. Interpretação. Relações de trabalho. Relação de Emprego. Empregado. Empregador. Terceirização. Contrato de trabalho. Formação. Caracterização. Elementos. Jornada e Horário de trabalho</p>		
Básicas	Complementares	
<p>DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do Trabalho. 16ºed. São Paulo: LTR , 2017</p> <p>SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. 7. ed. - São Paulo: LTr, 2014.</p> <p>MORAES FILHO, Evaristo de ;Moraes, Antonio Carlos Flores de. Introdução ao direito do trabalho. 10. ed. - São Paulo: LTr, 2010.</p>	<p>ALEXANDRINO, Marcelo: VICENTE, Paulo. Manual do Direito do Trabalho, 17º ed: Método editora, 2013.</p> <p>MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2014</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho 28ºed. São Paulo: Saraiva, 2013</p>	

DISCIPLINA: Práticas de Processos do Juizado Especial Civil, Criminal e Mediação		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
A Evolução do Direito Processual e das Formas de solução de conflitos. A questão do acesso a Justiça. Os Juizados especiais cíveis. Os Equivalentes Jurisdicionais como nova alternativa a jurisdição. A Conciliação e a mediação. Decisões Processuais. Nulidades. Recursos. <i>Hábeas Corpus</i> . Revisão Criminal. Mandado de Segurança.		
Básicas	Complementares	
<p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 58. ed. – Rio de Janeiro, Forense, 2017. V.1</p> <p>BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. 1 - 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil: teoria geral e processo de conhecimento 1ª parte. 14 ed. São Paulo Saraiva 2017. V.1</p>	<p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.</p> <p>PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral, Vol. 1 – 13ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais Editora, 2014.</p> <p>GAGLIANO, Pablo S. PAMPLONA, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral, 19 ed – São Paulo: Saraiva , 2017.</p>	

DISCIPLINA: Prática do Processo Penal		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Abordagem de questões práticas pontuais, proporcionando ao aluno possibilidades de conhecimento e desenvolvimento profissional, além de discussões objetivas e abordagem das técnicas processuais penais. Requisitos da denúncia. Prazos. Habeas Corpus por excesso de prazo. Instrução criminal comum e dos processos do tribunal do júri.		
Básicas	Complementares	
<p>BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. 1 - 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>AVENA, Norberto. Processo penal esquematizado. 6. ed. - São Paulo: Método, 2014.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 16. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.</p>	<p>PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral, Vol. 1 – 13ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais Editora, 2014.</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal - Parte Geral - Parte Especial. 4ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais Editora, 2008.</p> <p>OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. 18. ed. - Rio de Janeiro: Atlas, 2014.</p>	

Disciplina: Prática do Processo Civil		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Estudo da Prática Processual Civil, segundo seus diversos procedimentos, ler e compreender textos jurídicos, atos e documentos jurídicos normativos, mediante a utilização das normas técnico-jurídicas; Dominar terminologias e métodos necessários à compreensão e aplicação do Direito.		
Básicas	Complementares	
<p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 58. ed. – Rio de Janeiro, Forense, 2017. V.1</p> <p>NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil: volume único. 9ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.</p> <p>GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil: teoria geral e processo de conhecimento 1ª parte. 14 ed. São Paulo Saraiva 2017. V.1</p>	<p>GAGLIANO, Pablo S. PAMPLONA, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Obrigações. 18 ed – São Paulo: Saraiva , 2017</p> <p>FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: direito reais. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.</p> <p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017</p>	

Disciplina: Estrutura do Sistema Judiciário		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 160	Créditos: 4
EMENTA		
Jurisdição, competência, organização e divisão judiciária. Poder jurídico e constituição federal e estadual; Lei orgânica da magistratura nacional. Da justiça estadual. Tribunal de justiça: órgão e competência. Conselho da magistratura. Corregedoria da justiça (provimentos); regimento interno do tribunal de justiça. Dos juizes de 1º Grau. Das varas especializadas. Juizados especiais. Juizes de paz. Dos servidores judiciários. Dos servidores extrajudiciais. Da organização das serventias. Foro judicial e extrajudicial. Titulares, substitutos e empregados. Juramentação. Atividades correcional do juiz. Método e freqüência das inspeções. Sanções administrativas impostas pelo juiz. A direção do fórum. Da divisão judiciária do estado. Código de normas da corregedoria de justiça. II – da justiça federal: composição e competência. Competência dos juizes federais. Juizados especiais. Da justiça militar: órgão e competência. Da justiça do trabalho: órgãos e competência. Do tribunal de alçada. Regimento interno. Segunda instancia – estadual, federal, militar e trabalhista. Do tribunal superior de justiça : órgãos e competência. Recursos do supremo tribunal federal: composição e competência. Recursos.		
Básicas	Complementares	
<p>GAGLIANO, Pablo S. PAMPLONA, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral, 19 ed – São Paulo: Saraiva , 2017.</p> <p>MENDES, Gilmar Ferreira; Branco, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 9 ed- atlas 2014</p> <p>BRASIL, Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 49.ed.- São Paulo: Saraiva, 2014.</p>	<p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil Brasileiro: Contratos e atos Unilaterias 12º ed- São Paulo Saraiva, 2014</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 29 ed- São Paulo, Saraiva, 2014</p> <p>DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. 29. ed. - São Paulo: Saraiva, 2014. V.4</p>	

Disciplina: Projeto de Integração Multidisciplinar		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Aplicabilidade prática dos conhecimentos teóricos, baseados na integração multidisciplinar, e no refinamento dos conceitos relacionados à estrutura e as práticas da gestão organizacional do sistema judiciário, fortalecendo a visão sistêmica dos campos administrativo, ético-legais e tecnológicos.		
Básicas	Complementares	
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37. Ed. - São Paulo: Malheiros, 2014.	DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	
REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 20. Ed. São Paulo :Saraiva, 2002.	ATIENZA, Manuel. As razões do direito: teorias da argumentação jurídica. São Paulo: Landy, 2003.	
DI PIETRO, Maria Silvy Zanela. Direito Administrativo. Ver E Atual. 30. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.	MORAIS, Regis de Sociologia jurídica contemporânea. Campinas: Edicamp, 2002	

Disciplina: Supervisão de Prática Profissional Jurídica		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Preparar o aluno para realizar as atividades práticas que contribuam com o desenvolvimento de ações organizacionais e jurídicas de órgãos. Inserir o aluno de OSJ, nas atividades simuladas do NPJ. Participação em Júris Simulados, em Audiências Simuladas, Mediação e Solução de Conflitos, como apoio aos operadores do Direito.		
Desenvolvimento de atividades práticas, como redação de despachos intermediários de encaminhamento, distribuição de autos, organização e numeração, organização das informações, pesquisas em jurisprudência e organização do cartório. Prática Real.		
Básicas	Complementares	
FLORENCE, Ruy Celso Barbosa; CAMPESTRINI, Hildebrando. Como redigir petição inicial. 3. ed. - São Paulo: Saraiva, 2010.	BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem jurídica. 5. ed. - São Paulo. Saraiva, 2010.	
PEREIRA, Ézio Juiz. Da petição inicial. 6. ed. - São Paulo: Edijur, 2011.	SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. São Paulo: Saraiva, 2010.	
ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil: cabimento/ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelo. 17. ed. - São Paulo: Atlas, 2014.	CALDAS, Camilo Onoda. Manual de metodologia do direito: estudo e pesquisa. São Paulo: Quartier Latin, 2010.	

OPTATIVAS		
CENTROUNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DOAMAZONAS		
DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Cultura e identidade surda; História da educação dos surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo; O ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos; Políticas Públicas Educacionais Brasileiras na educação de surdos; Educação de Surdos no Brasil; Língua Brasileira de Sinais – Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica e Pragmática. Tradutor e intérprete de Libras.		
Básicas	Complementares	
FERNANDEZ, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. 6. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2012.	HONORA, Maria. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2011. V. 1 a V. 3	
QUADROS, Ronice M. de; KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artes Médicas. 2004.	GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.	
PERREIRA, Maria Cristina da Cunha [et al.]. Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo: Vozes, 2011.	CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. Comunicação por língua brasileira de sinais. 4. ed. - Brasília(DF): Senac, 2013.	

DISCIPLINA: Planejamento e Gestão		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Planejamento e gestão estratégica organizacional. Gestão de recursos humanos; aprendizagem e comportamentos organizacionais; necessidades humanas e motivação; Estrutura e funcionamento organizacional do poder judiciário. Planejamento e gestão operacional. Políticas públicas; gestão de equipes; capital intelectual; gestão por competências; aprendizagem organizacional.		
Básicas	Complementares	
COSTA, Elieser. Gestão estratégica. 2. ed. - São Paulo: Saraiva, 2007.	DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Negócio, 2008.	
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações . 3. ed. - Rio de Janeiro: Campus, 2010.	TACHIZAWA, Takeshy. Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. 4. ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2004.	
FERNADES, Bruno Henrique Rocha. Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. 2. ed. - São Paulo: Saraiva, 2012.	LOBATO, David Menezes [et al.]. Estratégia de empresa. 9. ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2009.	

DISCIPLINA: Direito da Seguridade Social		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
O histórico da seguridade social. A seguridade social como gênero: saúde, assistência e previdência social. Direito Previdenciário: conceito, objeto, princípios e normas. Custeio da Seguridade Social. Contribuintes e Segurados. Benefícios Previdenciários. Assistência Social. Saúde. Ações Previdenciárias.		
Básicas	Complementares	
CASTRO, Carlos Pereira; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 16. ed. - São Paulo: Conceito, 2014.	CARRION, Valentim; CARRION, Eduardo. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 37. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.	
IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 19. ed. - Rio de Janeiro: Impetus, 2014.	MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. 5. ed. - São Paulo: LTr, 2011.	
TSUTIYA, Augusto Massayuki. Curso de direito da seguridade social. 4. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.	NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 28. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.	

DISCIPLINA: Psicologia Jurídica		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Da Psicologia à Psicologia Jurídica. Introdução à Psicologia Jurídica. Aplicação da Psicologia na área jurídica. A perspectiva psicanalítica do Direito. Direito e Controle Social. Poder, Política e Direito. Interligação com outras ciências sociais. Psicologia e criminologia. Psicologia e Processo. Psicologia criminal. Interrogatório do acusado. Comportamento da vítima. Comportamento da testemunha, do advogado, do juiz, do jurado. Psicologia dos operadores jurídicos. Psicologia Penitenciária e Judicial. O aporte psicológico para a elaboração de leis e de perícias legais. Psicologia e Direito de Família. Psicologia e delinquência do menor.		
Básicas	Complementares	
SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 6. ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	BOCK, Ana Mercês Bahia; FUTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. - São Paulo: Saraiva, 2008.	
RIGONATTI, Sérgio Paulo (org.); SERAFIM, Antônio Pádua (org.); BARROS, Edgard Luiz de (org.). Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica. São Paulo: Vetor, 2006. v. 2	GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). Psicologia jurídica no Brasil. 3. ed. - Rio de Janeiro: Nau, 2011.	
MIRA Y LOPEZ, Emílio. Manual de psicologia jurídica. 2. ed. - Campinas: Servandas, 2011.	SCHULTZ, Duane P. História da psicologia moderna. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.	

DISCIPLINA: Direito Empresarial		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
<p>Estudo do Direito de Empresa a partir de sua evolução histórica e conceitual, a fim de compreender o âmbito de aplicação das normas aos vários institutos que interessam à atividade empresarial. Estudo dos tipos de sociedades de pessoas e de capitais, sua conceituação, constituição, administração e dissolução, bem como compreender as relações sociais, econômicas e legais com relação aos sócios, acionistas e terceiros. Abordagem jurídica do crédito como fator preponderante, facilitador, agilizador e impulsionador da atividade empresarial, e as diversas espécies de títulos de crédito previstas no ordenamento jurídico pátrio. Análise dos contratos empresariais e da sua importância nas relações jurídicas, sociais e econômicas, bem como o estudo da crise e recuperação da Empresa por meio da análise dos institutos jurídicos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial da empresa. Análise dos contratos empresariais e da sua importância nas relações jurídicas, sociais e econômicas, bem como o estudo da crise e recuperação da Empresa por meio da análise dos institutos jurídicos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial da empresa.</p>		
Básicas	Complementares	
<p>REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 33. ed. - São Paulo: Saraiva: Editora, 2014. V.1 e V.2</p> <p>COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2014. V. 1</p> <p>ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito. 29. ed. - São Paulo: Saraiva, 2011.</p>	<p>HENTZ, Luiz Antônio Soares. Direito de empresa no código civil de 2002. 3. ed. - São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.</p> <p>CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa à luz do código civil . 13. ed. - São Paulo: Renovar, 2014.</p> <p>COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas. 9. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.</p>	

DISCIPLINA: Direito Processual Administrativo		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
<p>Propedêutica. Processo Administrativo. Competência legislativa. Princípios. Objeto. Finalidade. Fases. Formação. Espécies. Processo administrativo no âmbito da Administração Federal. Processo de sindicância. Processo administrativo disciplinar. Processos administrativos especiais. Processo administrativo nas licitações. Processo administrativo no CNJ. Processo administrativo para contratação de agente público. Processo administrativo na legislação ambiental. Demais processos administrativos em espécie. Lei de processo administrativo estadual.</p>		
Básicas	Complementares	
<p>VELOSO, Waldir de Pinho. Direito processual administrativo. 3. ed. - Curitiba: Juruá, 2012.</p> <p>GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade administrativa. 7. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>FIGUEIREDO, Lúcia Valle (Coord.). Comentários à lei federal de processo administrativo (Lei n. 9.784/99). 2. ed. - Belo Horizonte: Fórum, 2008.</p>	<p>BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Processo administrativo disciplinar. 4. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>LICITAÇÕES e contratos da administração pública. 15. ed. - São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>MOREIRA, Bockmann Egon. Processo administrativo (Princípios Constitucionais e a Lei n. 9.784/99). 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.</p>	

DISCIPLINA: Lógica e Hermenêutica Jurídica		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Ciência e método. Principais escolas da hermenêutica. Hermenêutica e jurisprudência. Interpretação do Direito. Aplicação do direito. Lei de introdução ao código civil. Interpretação e aplicação de tratados internacionais.		
Básicas	Complementares	
PASQUALINI, Alexandre. Hermenêutica e sistema jurídico : uma introdução a interpretação sistemática do direito. 5. ed. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.	BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem jurídica. 5. ed. - São Paulo. Saraiva, 2010.	
MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 20. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2011.	SOARES, Ricardo Mauricio Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. São Paulo: Saraiva, 2010.	
PAMPLONA FILHO, Rodolfo; ASSIS JR., Luiz Carlos de (coord). Hermenêutica aplicada. São Paulo: Saraiva, 2014.	STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica Jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito. 5. ed. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.	

DISCIPLINA: Mediação e Arbitragem		
Curso: Organização de Serviços Judiciários	Carga horária: 80	Créditos: 2
EMENTA		
Meios extrajudiciais ou alternativos de solução de conflitos. Mediação. Teoria Geral da Arbitragem - Arbitragem no direito brasileiro.		
Básicas	Complementares	
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 58. ed. - São Paulo, Forense, 2017. V.1	THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.	
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil: teoria geral e processo de conhecimento (1º parte). 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. V.1	CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cutrix, 2003.	
CAHALI, Francisco José; RODOVALHO, Thiago; FREIRE, Alexandre (org's.). Arbitragem: estudos sobre a lei n. 13.129, de 26-5-2015. São Paulo: Saraiva, 2016.	VASCONCELOS, Clever. Ministério público na constituição federal: doutrina e jurisprudência: comentários aos artigos 127 a 130-A da CF. 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2013.	

4.5 Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado é o período de exercício pré-profissional, previsto no currículo do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, em que o estudante permanece em contato direto com o ambiente de trabalho.

O Estágio supervisionado possui regulamento próprio, aprovado pelo órgão competente é obrigatório no curso de OSJ do CIESA, tem como objetivo proporcionar um relacionamento profissional entre o aluno e órgãos do judiciário, escritórios Jurídicos, Cartórios, Tribunais, Varas Especializadas, Juizados Especiais, Ministério Público, Defensoria Pública, Órgãos de advocacia em Instituições Públicas e Privadas e Escritórios de Advocacia, e o Núcleo de Prática Jurídica do CIESA as quais servirão para o desenvolvimento das habilidades necessárias para as diversas possibilidades no campo de trabalho.

O estágio supervisionado possui um total de carga horária de 120 horas incluídas as horas destinadas ao planejamento e avaliação das atividades, mediante um Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788, de 25.09.2008), firmado entre a Instituição de Ensino, Entidade Concedente e o Estagiário.

4.6 Trabalho de Conclusão De Curso – TCC

O aluno deve elaborar individualmente o seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com assessoria do professor orientador. A construção do TCC começa no 1º ano, na disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, quando ocorre a iniciação científica no curso.

Conforme o Regulamento próprio, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na realização prática de uma pesquisa científica sobre um dos temas de interesse dos operacionalizadores dos serviços judiciários, com carga total de 80 (oitenta) horas. O TCC deverá ser apresentado em uma única via, em capa dura, nos padrões estabelecidos pela IES, conforme o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

4.7 Atividades Complementares

O detalhamento das atividades complementares, das respectivas cargas admitidas, bem como da forma de validação destas, previstas para a integralização do currículo, deverão ser cumpridas com carga horária total de 60 horas pelos discentes, em conformidade ao Regulamento de Atividades Complementares, no qual vêm especificados todos os elementos que lhe são peculiares, contemplando aspectos de

ensino e extensão, permitindo, assim, que haja uma melhor formação acadêmica, inclusive no que diz respeito à abertura promovida no desenho curricular ora proposto.

As atividades complementares constituem um dos espaços flexíveis da matriz curricular, as quais deverão ser concluídas a partir da execução de diversas atividades.

As modalidades colocadas aos alunos são:

-Participação em cursos (técnicos, livres, de qualificação e de extensão), palestras, congressos, eventos de órgãos do Poder Judiciário ou áreas afins;

-Assistir filmes e vídeos sobre assuntos jurídicos e áreas afins;

-Participar de atividades de extensão, assistenciais, culturais, cívicas, acadêmicas ou não.

-Participar de visitas técnicas.

O cumprimento das atividades é monitorado pela Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários e as horas, com as respectivas atividades são lançadas no Sistema Acadêmico, no Histórico Escolar do aluno.

4.8 Disciplinas do Ensino A Distância (EAD)

De acordo com a Portaria no 1.134, de 10 de outubro de 2016, o curso utiliza sua organização pedagógica e curricular, a oferta de disciplinas integrantes do currículo na modalidade à distância.

As disciplinas na modalidade EAD serão ofertadas integral ou parcialmente até o limite de 20% da carga horária do total do curso, e serão organizadas de modo a atender aos princípios de autoaprendizagem, mediados por recursos didáticos que utilizem tecnologias de comunicação remota compatível com a proposta do curso e da instituição.

Conforme estabelecido na Resolução CEPE – CIESA 001/2016, em seu artigo 6º, nos parágrafos §3º e § 4º as disciplinas da modalidade à distância terão obrigatoriedade do encontro presencial no início da disciplina, para apresentação do programa da disciplina, do espaço da turma no ambiente virtual AVA de ensino e de aprendizagem institucional, dos recursos didáticos, dos materiais de apoio e critérios definidos para as atividades de avaliação. As avaliações serão obrigatoriamente

presenciais e se realizarão no laboratório informática do CIESA, obedecendo aos critérios adotados pelo sistema de avaliação do CIESA, previstos no seu regimento interno.

5 ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

5.1 Atividades de Extensão

A Extensão tem por objetivo aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem e contribuir de forma prática com o desenvolvimento da cidadania e capacidade crítica do indivíduo frente às necessidades e expectativas da sociedade, sendo exercidas pelo corpo discente, sob a orientação e coordenação de seus professores.

As atividades de extensão no CIESA, de um modo geral, acontecem ciclicamente todos os anos por meio de projetos específicos, respondendo às necessidades locais, todos em consonância com as propostas apresentadas pelas coordenações de cursos, e/ou representantes da sociedade.

As atividades de extensão do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários Privada visam o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem e a formação de cidadãos capazes de pensar criticamente frente às exigências coletivas, as atividades são prioritariamente exercidas pelo corpo discente, sob a orientação e coordenação de seus professores.

5.2 Atividades de Iniciação Científica

A Iniciação Científica é um instrumento de formação que permite introduzir, na pesquisa científica, os estudantes de graduação potencialmente mais promissores. O Programa de Iniciação Científica prepara não só melhores profissionais para o mercado de trabalho como também aprimoram o alunado de pós-graduação, proporcionando assim uma integração direta entre os cursos de graduação e pós-graduação. Ao lado disso, possibilita que novos conhecimentos, adquiridos por meio da pesquisa sistematizada, se disseminem nos cursos de graduação, contribuindo para que a universidade se envolva integralmente com o desenvolvimento das atividades científicas e propicie uma formação global aos seus alunos.

O Programa de Iniciação Científica transcende o horizonte de formação de alunos, meta que por si só já justificaria todos os esforços e se coloca na altura do

aperfeiçoamento da própria instituição universitária, na qual está por conquistar-se o ideal da indissolubilidade entre ensino e pesquisa. Está inserida no Curso por meio da disciplina Projeto de Integração Multidisciplinar.

6 METODOLOGIA

A metodologia definida para desenvolver as atividades do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários Privada expressa coerência com os objetivos do curso, com os princípios institucionais e com sua estrutura curricular. Está comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação dos sujeitos autônomos e cidadãos.

A instituição assume assim seu papel de mediador e busca articular tais trocas, pois reconhece o educando como agente principal de sua própria aprendizagem, sendo capaz de construir satisfatoriamente seu aprendizado quando participa ativamente do processo. Assim, o curso de graduação visa à qualificação e competência do egresso, adotando para tal, métodos de ensino e aprendizagem diversificados e criativos. Sendo assim, no Curso, as seguintes metodologias são empregadas:

Seminários: Metodologia utilizada como uma forma de avaliação, preparando o aluno para a prática expositiva, sistematização de ideias, clareza ao discorrer sobre o assunto em pauta. Auxilia na Comunicação e Expressão Oral;

Palestras: Metodologia utilizada após o professor aprofundar determinado assunto, tendo o palestrante a finalidade de contribuir para a integração dos aspectos teóricos com o mundo do trabalho;

Ciclo de Palestras: Metodologia utilizada na busca de integração de turmas e avanço do conhecimento, trazendo assuntos novos e enriquecedores, além de proporcionar aos alunos a prática de cerimonial e organização de eventos, já que estes ciclos são elaborados pelos próprios alunos, sob a orientação do professor da disciplina competente;

Dinâmicas de Grupo: Metodologia que visa ao preparo dos alunos para a vivência profissional, com estimulação do desenvolvimento da contextualização crítica, tomada de decisões e liderança. Ativa a criatividade, iniciativa, o trabalho em equipe e a habilidade em negociação;

Visitas Técnicas: Realização de visitas a empresas, órgãos e instituições visando a integrar teoria e prática, além de contribuir para o estreitamento das relações entre instituição de ensino e as esferas sociais relacionadas à área do curso, estabelecendo, dessa forma, uma visão sistêmica, estratégica e suas aplicações na área do curso;

Estudo de Casos: Atividade de aplicação dos conteúdos teóricos, a partir de situações práticas, visando ao desenvolvimento da habilidade técnica, humana e conceitual, além da possibilidade de avaliar resultados obtidos;

Projetos Culturais: Projetos desenvolvidos pelos alunos, em prol da sociedade regional a serem desenvolvidos durante a implantação do curso, pelo coordenador, em conjunto com as demais turmas do CIESA e instituições correlatas;

Aulas Expositivas: Método tradicional de exposição de conteúdos, porém com a utilização de recursos tecnológicos que auxilia no processo de ensino e aprendizagem, tais como: audiovisuais, tais como, Datashow, TV, Internet e vídeo.

Estas práticas apoiam-se numa metodologia que busca uma interação entre aluno – professor – conteúdo. Preza-se que o educando conheça os primeiros passos do caminho para aprender a aprender. Os estudantes são encorajados a definir seus próprios objetivos de aprendizagem e tomar a responsabilidade por avaliar seus progressos pessoais. No entanto, o aluno é acompanhado e avaliado, e essa avaliação inclui a habilidade de reconhecer necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de estudo, utilizar adequadamente uma diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos.

6.1 Procedimento de Avaliação dos Processos de Ensino Aprendizagem

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários tem caráter formativo, devendo ser concebida como diagnóstica, contínua, inclusiva e processual; prioriza os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando a verificação de competências, habilidades e atitudes. É desenvolvida por meio de métodos e instrumentos diversificados, tais como: execução de projetos, relatórios, trabalhos individuais e em grupo, resolução de problemas, fichas de observação, provas escritas,

seminários e outros em que possam ser observadas as atitudes e os conhecimentos construídos/adquiridos pelo aluno.

Como procedimento de avaliação o CIESA utiliza 4NPCs (notas parciais de conhecimento) e uma NEF (nota de exame final). Considera-se aprovado na disciplina o aluno que tenha alcançado o quociente mínimo de frequência escolar e que haja obtido um total de pontos igual ou superior a vinte (20) pontos nas quatro notas parciais de conhecimentos e cuja média somada ao rendimento verificado no exame final, resulte em média igual ou superior a cinco (5) pontos. Respeitada a frequência mínima de setenta e cinco por cento, fica dispensado da realização do Exame Final da disciplina, o aluno que tenha obtido média igual ou superior a oito (8) pontos, nas quatro notas parciais de conhecimento, conforme versa o regimento do CIESA.

6.2 Frequência às Aulas

A participação do aluno nas aulas e demais atividades acadêmicas previstas em cada disciplina é obrigatória sendo considerado reprovado o aluno que obtiver o percentual inferior a 75% nas atividades acadêmicas. É vedado o abono de faltas salvo os previstos em lei.

6.3 Justificativa de Faltas

De acordo com a legislação em vigor, é permitida a justificativa de faltas apenas àqueles convocados para integrar Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, Serviço Militar obrigatório ou Eleitoral, às gestantes, aos portadores de doenças infectocontagiosas devidamente comprovadas.

Os pedidos da referida justificativa devem ser formulados, junto à Secretaria Acadêmica do CIESA, por meio de requerimento, no prazo de três dias contados da data do início do evento.

6.4 Revisão Automática

Ao final de cada semestre, os professores devem proceder à revisão automática; em geral, isso ocorre na aula seguinte à da realização da prova. O aluno deverá estar

presente à realização da revisão automática, para ter ciência da média bimestral e da nota obtida na prova.

6.5 Cancelamento

A qualquer tempo, o aluno pode cancelar sua matrícula no curso, perdendo direito, portanto, à vaga para dar continuidade aos seus estudos, salvo mediante novo processo seletivo.

6.6 Trancamento

Segundo o artigo 57, §1º e §2º do Regimento Interno do CIESA, é concedido trancamento de matrícula, interrupção temporária dos estudos, com efeito de manter vinculação do aluno ao CIESA, com o devido direito à renovação de matrícula.

O trancamento é concedido ao aluno que estiver integralmente quite com o CIESA podendo ser requerido somente após a sua matrícula inicial. Do requerimento de trancamento deverá constar expressamente o período de tempo do trancamento, o qual não poderá ultrapassar a um ano letivo, poderão, apenas, ser concedidos dois trancamentos sucessivos ou três alternados.

6.7 Abandono

O abandono do Curso caracteriza-se quando o aluno não faz sua matrícula ou pela não confirmação da continuidade de seus estudos.

A não confirmação da continuidade de estudos, a qual deve ser efetuada com aprovação da quitação do aluno com relação aos pagamentos devidos ao CIESA, assim como a não renovação da matrícula implica o abandono do curso e a desvinculação do aluno do CIESA.

6.8 Aproveitamento de Estudos

No sistema de ensino do CIESA, é admissível o aproveitamento e/ou equivalência de estudos de disciplina desde que o aluno tenha realizado a mesma

disciplina em outro estabelecimento de ensino superior. O prazo para solicitação de aproveitamento de estudos e/ou equivalência está previsto no Calendário Acadêmico.

O prazo para solicitação do aproveitamento conta-se a partir do encerramento do ano letivo anterior e até 30 dias da data da matrícula do aluno. Além deste caso, não é aceito pedido de aproveitamento de disciplina.

Tal solicitação de aproveitamento de disciplina deverá ser requerida no formulário padrão do CIESA. O aluno deve anexar ao seu pedido de aproveitamento de cada disciplina, uma fotocópia do histórico escolar em que figura a disciplina cursada e o conteúdo programático da mesma, com carga horária e número de créditos obtidos. Tanto o histórico escolar quanto o programa da disciplina devem estar autenticados pela escola de origem para aceitação do pleito, no protocolo da Secretaria Acadêmica.

6.9 Reposição de Aula

O cumprimento integral dos conteúdos programáticos e das cargas horárias das disciplinas constantes dos currículos dos cursos de graduação é obrigatório.

Em caso de falta do professor, deverá ser feita a reposição da aula não ministrada durante o período letivo; na impossibilidade de ser feita a reposição da aula no período letivo, este será prorrogado para que as reposições sejam realizadas.

Para que as aulas não ministradas sejam repostas, duas condições são essenciais: primeiro, que a Coordenação do Curso seja devidamente notificada da reposição e a autorize e, segundo, que os alunos estejam de acordo com o dia e o horário da reposição, mediante um sistema negociado.

As reposições de aulas poderão ser feitas aos sábados, exceto se houver disponibilidade nos dias normais de aula, desde que não conflitem com os horários das demais disciplinas.

7 ATENDIMENTO AOS DISCENTES / DOCENTES

7.1 Assessoria Pedagógica

A Assessoria Pedagógica é o setor de apoio aos docentes e discentes do curso nas questões didático-pedagógicas, sendo responsável pela supervisão das atividades dos professores, capacitação docente e intercâmbio de experiências pedagógicas.

São atribuições da Assessoria Pedagógica:

- Dinamizar a produção e a utilização de recursos didático-pedagógicos que contribuam para a melhoria dos indicadores quantitativos e qualitativos contínuo do curso.
- Promover atividades permanentes de capacitação docente e o intercâmbio de experiências didáticas;
- Apoiar e supervisionar projetos específicos de melhorias de ensino apresentados pelos professores e desenvolvidos no curso;
- Assessorar os programas de orientação direta ao estudante e programa de monitoria mantido pelo curso;
- Coordenar as ações de avaliação do curso de graduação, avaliação docente e avaliação institucional;
- Manter o quadro geral e atualizado das atividades de professores;
- Promover a análise estatística dos índices de rendimento acadêmico – aprovações e reprovações – e sugerir medidas pertinentes.

7.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Ouvidoria – NAPPO

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Ouvidoria do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA é um setor acadêmico que procura desenvolver atividades e serviços de ajuda aos participantes da comunidade acadêmica a fim de facilitar o processo de qualificação experiências e vivências acadêmicas e sociais.

Estrutura do NAPPO – o NAPPO desenvolve três projetos estruturados:

I. Centro de Apoio Psicopedagógico - É um serviço de apoio aos alunos, professores e corpo técnico – administrativo com o objetivo de contribuir para a melhoria das relações da comunidade prestando atendimento aos alunos de forma informativa, de orientação individual e grupo, bem como aos professores e corpo técnico-administrativo, também fazendo devidos encaminhamentos que visem aperfeiçoar a adaptação de todos ao ambiente institucional por meio dos serviços de aconselhamento pessoal e emocional.

II. Centro de Orientação e Apoio Pedagógico ao discente – COAPD -Visa contribuir para a seu bom desempenho escolar mediante ações de orientação e apoio nas

dificuldades de aprendizagem proporcionando orientação e acompanhamento facilitar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

III. Ouvidoria – regulamento. - É um serviço de apoio aos alunos, professores e corpo técnico – administrativo recebendo, analisando, encaminhando e respondendo as demandas dos participantes cidadãos do CIESA. Também visa o fortalecimento da cidadania permitindo a participação de todos e garantindo o direito a informação.

A cada dia as instituições descobrem seu caráter social e assumem que precisam conquistar, pela eficácia, plena credibilidade e legitimidade no ambiente em que atuam. Daí o sentido e a razão fundamental da avaliação do seu desempenho, que objetiva assegurar a boa qualidade dos seus serviços e a excelência no atendimento das necessidades e das legítimas expectativas de seus diversos públicos.

O CIESA não descarta do atendimento aos discentes quanto às dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizagem. São vários os indicadores que afetam a aprendizagem (apatia, desmotivação, falta de hábito de estudo, leitura e outros).

Toda aprendizagem, para que realmente aconteça, precisa ser significativa para o aprendiz, precisa envolvê-lo como pessoa, como um todo (ideias, sentimentos, cultura), que formule problemas que participem com responsabilidade do processo de aprendizagem.

Sendo a aprendizagem uma mudança de comportamento, o discente tem no CIESA, Apoio Pedagógico visando à motivação necessária para desenvolver as áreas dos conhecimentos, habilidades e atitude, tornando-o capaz de conquistar sua autonomia intelectual.

O atendimento ao discente, sujeito de sua aprendizagem, parte da tendência pedagógica construtiva que preconiza uma educação libertadora e de construção do saber, resultando na necessidade de se repensar a intervenção pedagógico-didática na prática educacional.

7.3 Política de Bolsa

O CIESA oferece diversos programas que oportunizam auxílio financeiro: descontos em mensalidades para alunos parentes de colaboradores; convênios com empresas e instituições públicas parceiras, além disso, a instituição também participa de

programas de financiamento estudantil, tais como Bolsa Universidade da Prefeitura de Manaus e FIES.

7.4 Programa de Nivelamento

Os alunos ingressantes do CIESA passam por Nivelamento Institucional na primeira semana de aula, quando são abordados os conteúdos das disciplinas básicas.

O nivelamento no CIESA tem por objetivo principal minimizar lacunas da formação básica do aluno, estimulando o ato de estudar, facilitando sua aprendizagem e, assim, contribuindo de para a redução das taxas de evasão, em especial nos casos em que a faixa etária é elevada, formada principalmente por pessoas que estiveram por longo período de tempo distantes do ambiente escolar.

7.5 Representação Estudantil

Cada turma deve ter um representante estudantil, cuja principal função é servir de elo entre a coordenação e a turma. Além disso, o representante discente atua como um mediador de conflitos, e é responsável por discutir mecanismos de melhoria didático-pedagógica dos professores, e, juntamente, com o professor zelar pelo comportamento dos membros da turma para uma boa convivência e, conseqüentemente, um ambiente propício ao processo ensino-aprendizagem.

7.6 Tecnologia de Informação e Comunicação - TICS – No Processo Ensino e Aprendizagem

As TIC implantadas no processo de ensino-aprendizagem intencionam executar, de maneira excelente, o projeto pedagógico do curso. O CIESA, seguindo as tendências tecnológicas da era moderna, investe na informatização de vários serviços, com o intuito de agilizar e facilitar o atendimento aos discentes.

Neste contexto, o Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, incorpora continuamente as TICs nas suas diversas disciplinas, aonde é possível interagir por meio eletrônico com os alunos por meio de mensagens, avisos, posts, discussões, postagem dos planos de ensino e das aulas estruturadas. Docentes e

alunos participam, de forma colaborativa, por meio da construção coletiva, do processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares e pesquisas adicionais de temas correlatos.

Dessa forma, além dos meios tradicionais, a IES oferece mecanismos de comunicação, a saber:

- CIESA EDUCACIONAL: é um sistema informatizado, por meio do qual o aluno pode acompanhar seu histórico de notas e faltas, bem como estabelecer comunicação não só com seus professores e colegas de turma, como também com a coordenação do curso e até mesmo colaboradores de outros âmbitos, como Reitoria e diretorias da IES.

- AVA - O ambiente virtual de aprendizagem pode favorecer essa nova forma de avaliar por meio do incentivo à interação e por meio das ferramentas síncronas e assíncronas oferecidas no ambiente: fóruns, e-mails, chats, lista de discussão, palestras, etc. Elas devem proporcionar um ambiente propício à aprendizagem colaborativa e construção coletiva. As TICs na educação superior permitem mostrar várias formas de captar e mostrar o mesmo objeto, representando-o sob ângulos e meios diferentes: pelos movimentos, cenários, sons, integrando o racional e o afetivo, o dedutivo e o indutivo, o espaço e o tempo, o concreto e o abstrato.

7.7 Acessos dos Alunos a Equipamentos de Informática

O CIESA, com sua política de desenvolvimento de um ensino de qualidade, não poderia deixar de oferecer aos seus alunos e professores a ferramenta de trabalho própria aos tempos modernos. Assim, a IES investiu e investe permanentemente na montagem de laboratórios de informática, nos quais a comunidade acadêmica poderá ter disponível a ferramenta atual que lhes torne acessíveis instrumentos de pesquisa virtual, bem como mecanismos de trabalho que potencializem as possibilidades profissionais, no caso, dos tecnólogos em Organização de Serviços Judiciários

Para tanto, o CIESA conta com moderno Laboratório de Informática disponível para a utilização pelos alunos, com acesso a redes virtuais de informação e de dados, bem como, um completo sistema informatizado, contendo as ferramentas de trabalho próprias ao desempenho das funções. Dessa forma, o CIESA pretende, ao mesmo tempo em que se conecta e vincula seus corpos docente e discente aos modernos apoios informatizados, permitir que os serviços que presta à comunidade – seja por meio de

práticas de ensino, seja por meio de atividades de extensão – tenham a melhor qualidade, tanto no sentido da presteza de sua prestação, quanto na qualidade dos meios e resultados.

7.8 Revista do CIESA

O CIESA mantém uma Revista que se destina à divulgação oficial de trabalhos técnicos, trabalhos forenses, resenhas, resultados de pesquisas e projetos de extensão, bem como de divulgação de jurisprudências relevantes em matérias de interesse de disciplinas componentes do currículo, elaborados pelos docentes do CIESA. Da mesma forma, a Revista poderá divulgar, também, artigos de discentes, aprovados previamente por professor da área. Toda a regulamentação encontra-se em documento normativo específico que vem anexo ao presente Projeto.

8 CORPO DOCENTE

8.1 Núcleo Docente Estruturante - NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo, vinculado ao Conselho de Curso, responsável pela concepção e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, tendo por finalidade a implantação do mesmo, bem como sua atualização periódica. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- 1 Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) definindo sua concepção e fundamentos;
- 2 Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- 3 Atualizar periodicamente o PPC;
- 4 Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Conselho de Curso, sempre que necessário;
- 5 Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- 6 Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo PPC.

O NDE pode reunir-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

8.2 Comissão de Curso

As comissões dos Cursos estão contempladas nos artigos 18 e 19 do regimento CIESA, sendo responsáveis pela formulação do Projeto Pedagógico, supervisão do currículo e acompanhamento das disciplinas, com as suas competências devidamente delineadas nos incisos de 1 a 8 referido regimento.

A comissão de Curso do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários é presidida pelo Coordenador e composta pelos professores e pela representação discente do curso. Os representantes da referida comissão possuem mandatos conforme o Regulamento das Comissões de Cursos

8.3. Titulação, Formação Acadêmica e Experiência do Coordenador de Curso

A coordenação do curso é exercida por professor designado pela Reitoria, contratado em regime integral.

O Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários tem como função precípua a gerência do projeto de aprendizagem do Curso, o que exige ações de articulação e mobilização de todo o corpo social, envolvendo docentes e discentes, no desenvolvendo de mecanismos para o planejamento, execução e avaliação das práticas pedagógicas intra e extraclases, dos projetos de monitoria, dos projetos integradores, dos programas de iniciação científica, das atividades e programas de extensão, além dos estudos complementares, tendo sempre em vista o aperfeiçoamento do fazer pedagógico na Instituição.

É importante ressaltar que a coordenação de curso fica a disposição para um diálogo integrado entre seus pares, para sempre que necessário escutar e/ou aprovar coletivamente os problemas e propostas de melhoria do Curso.

8.3.1 Formação do Coordenador

Coordenador do Curso: Prof. Msc. Samuel Appenzeller

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM - (1969),

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - Convênio UFAM/CIESA (2002),

Pós-graduação (Lato Sensu) em Gerência de Marketing e Negócios - CIESA / Manaus-AM (2000).

8.3.2 Dedicção à Gestão do Curso

O Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários é contratado sob o regime de 40 horas (Tempo Integral), divididas entre os turnos matutino e noturno, visando a atender todas as demandas dos alunos, professores e demais atribuições destinadas para administração e condução do curso.

Além da rotina administrativa, o coordenador do Curso ministra disciplinas e se dedica ao planejamento e supervisão das atividades acadêmicas referentes às aulas práticas, visitas técnicas e projetos de extensão, que permitem o desenvolvimento das habilidades e competências desejáveis ao futuro profissional. A constante presença do coordenador garante que as metas institucionais propostas sejam continuamente perseguidas, além de viabilizar a frequente avaliação dos procedimentos adotados.

8.4 Corpo Docente

O Corpo Docente do CIESA é composto por profissionais do ensino, comprometidos com a concretização do presente projeto pedagógico.

O CIESA vem obtendo êxito no seu corpo docente, pelo reconhecimento que alcançou ao longo do tempo, bem como vem mantendo práticas de fomento à formação acadêmica de seus quadros por meio de políticas próprias de capacitação docente, seja por intermédio da realização de eventos em sua sede, seja pelo financiamento e incentivo à participação em eventos científicos levados a efeito no País ou no exterior.

Por outro lado, o CIESA mantém uma política de qualificação docente destinada à titulação de seu corpo de professores, permitindo, assim, que estes possam conquistar graus acadêmicos mais altos e desenvolver uma melhor qualidade de ensino. O CIESA conta com um Programa de Capacitação Docente, por meio do qual investe na formação de seu corpo docente.

Particularmente para o Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários, o CIESA envidou esforços para contar em seus quadros com os melhores professores pertencentes ao Corpo docente da IES, além de promover uma constante troca de experiências com docentes vindos de outras IES.

PROFESSOR	TITULO	DISCIPLINA
Ananélia Cláudia Rodrigues de Queiroz Albuquerque	MESTRE	Planejamento e Gestão
Carolina Souza de Sá Leitão	DOUTORA	Metodologia da Pesquisa Científica (EAD)
Deusamir Pereira	DOUTOR	Trabalho de Conclusão de Curso
Fernando Bezerra de Oliveira Lima	MESTRE	Prática do Processo Penal
Josué Froner Freitas	ESPECIALISTA	Tecnologia Inf. E Com. Em Serviços Judiciários
João Alberto Ferreira Falcão	MESTRE	Filosofia e Ética Profissional Jurídica
Maria Margareth Nunes de Moraes	ESPECIALISTA	Administração Judiciária
Maria de Nazareth da Penha Vasques Mota	DOUTORA	Prática de Proc.do Juiz. Esp.Civil Crim. Mediação
Maria Suely Cruz de Almeida	MESTRE	Teoria Geral do Direito
		Projeto de Integração Multidisciplinar
Maria Amávia de Souza Campos	ESPECIALISTA	Prática do Processo Civil
		Estrutura do Sistema Judiciário
Maria Adelaide Ribeiro Cruz	MESTRE	Língua Port. Aplicada a Linguagem Jurídica
Sonia Maria Agra Zamith	ESPECIALISTA	Pol. Educ.em Direitos Humanos e Ambiental
		Sociologia Jurídica
Samuel Appenzeller	MESTRE	Trabalho de Conclusão de Curso
Tatiane Campelo da Silva Palhares	MESTRE	Direito Administrativo
		Elementos do Direito Constitucional
		Práticas do Processo Trabalhista
		Supervisão de Prática Profissional Jurídica

8.4 Titulação, Regime de Trabalho e Experiência Profissional dos Docentes.

Todo o corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários possui titulação obtida em programas de pós-graduação. Destes, 21% possuem título de doutor, 71% o título de mestre e 8% são especialistas.

Quanto ao regime de trabalho, os docentes são contratados em regime integral, parcial ou horista. Cerca de 78% dos docentes do curso são contratados em regime parcial ou integral. O Contingente de docentes do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários que possui experiência de magistério superior é de 100%, todos com mais de 5 anos de atuação.

9 INFRAESTRUTURA

O Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas dispõe de uma infraestrutura adequada para garantir um ensino de qualidade a todos os seus alunos.

9.1 Sala de Coordenação, Sala dos Professores, Sala de Reuniões E Gabinetes.

No bloco em que funciona o Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários há uma sala especificamente destinada à coordenação do curso, assim como sala dos professores. Atendendo satisfatoriamente aos requisitos limpeza, dimensão, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade. Além disso, possuem computadores ligados à internet e rede wireless.

O CIESA disponibiliza de sala de professores e de reuniões, atendendo de forma satisfatória aos requisitos limpeza, dimensão, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

O Gabinete de Trabalho para professores Tempo Integral - TI - Possui sala única no próprio bloco D, com sala para realização de reuniões, equipada com microcomputadores interligados a rede internet, acesso wireless (rede sem fio), impressora, mesas, cadeiras e ar condicionado.

9.2 Sala de Aulas

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários possui salas climatizadas no Bloco D, equipadas com carteiras confortáveis acolchoadas, quadro branco, som tela de projeção e data show.

9.3 Acesso os Alunos aos Equipamentos de Informática

O Curso disponibiliza laboratório compartilhado de informática com acesso à internet, para atender a demanda de matrículas dos cursos em funcionamento na unidade de ensino, além de rede wireless em todo o prédio.

9.4 Registro Acadêmico

O registro acadêmico é totalmente informatizado por meio do Sistema Ciesa Educacional, e os discentes e docentes podem utilizar os serviços disponíveis, tais como: boletim de notas, lançamento de notas, controle de frequência, controle de atividades complementares, entre outras.

O site do CIESA permite ao aluno acompanhar a vida da IES e de seu curso, tendo acesso ao PDI, ao PPC e ao PPI, bem como se mantendo informado acerca de atividades de pesquisa, extensão, quadro docente, entre outras.

9.5 Biblioteca

O CIESA disponibiliza de uma biblioteca setorial, instalada em área própria, onde os corpos docente e discente dispõem de espaços para estudo, pesquisa e desenvolvimento de atividades em grupo ou individualmente, que tem por função subsidiar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão social e tecnológica, procurando cumprir, com dinamismo, seu papel instrumental e social e contribuir para o crescimento informacional da comunidade acadêmica, para fornecer o suporte necessário às pesquisas desenvolvidas. A missão é disponibilizar para a comunidade universitária os recursos bibliográficos e informativos necessários ao desempenho das atividades de investigação, ensino, educação permanente e extensão cultural, além de criar e desenvolver o hábito da leitura.

A seleção de novos títulos para o acervo bibliográfico se dá a partir de propostas de professores e coordenadores do curso. Os títulos são analisados pelos coordenadores do curso e, posteriormente, adquiridos para atender à proposta pedagógica do curso e às necessidades das disciplinas.

Os recursos destinados à aquisição/expansão do acervo são estabelecidos pela Mantenedora da Instituição, obedecendo ao cronograma de evolução do acervo bibliográfico. As aquisições são efetuadas dentro da política de atualização e expansão do acervo e são feitas a partir da demanda dos professores e alunos, havendo a alocação de recursos permanentemente por parte da Reitoria da IES para fazer frente à constante renovação da gestão administrativa pública.

O acervo da Biblioteca, totalmente informatizado, permite o acesso dos usuários aos seus bancos de dados por meio de terminais de computador específicos, viabilizando, assim, a consulta de maneira ágil e confiável, além de permitir a busca de informações acerca das áreas que são cobertas pelo conjunto de materiais que o compõem.

O aluno dispõe no Sistema CIESA Educacional, disponível na página Institucional, um link onde pode ser realizada a pesquisa ao acervo e reserva a obra de seu interesse.

Quanto ao conteúdo, à Biblioteca do CIESA, em razão da oferta de cursos em nível superior e pós-graduação, conta com um conjunto de títulos, em livros, periódicos especializados, vídeo e material informatizado, suficiente para dar conta tanto do universo da produção acadêmica, bem como do volume de demanda que enfrenta, inclusive por meio da oferta de serviços a alunos de outras IES que vêm ao CIESA na busca de informações.

O catálogo bibliográfico da Biblioteca do CIESA disponibiliza obras atualizadas, clássicas e de referência histórica, além de assinaturas de periódicos nas mais diversas áreas do conhecimento, bem como títulos em CD e material de vídeo.

Toda a regulação pertinente à biblioteca encontra-se consolidada em regulamentação própria, permitindo ao usuário, bem como a IES, pautar suas condutas em conformidade com o Regulamento, da mesma forma que torna público os compromissos da instituição no que diz com este aspecto do processo de ensino-aprendizagem.

Com o crescimento da IES houve a expansão física da biblioteca, diante do seu crescimento quantitativo e qualitativo, tendo sido construído um novo espaço para abrigar o acervo e demais instalações e serviços.

Quanto à Política e Facilidade de Acesso ao Material Bibliográfico, a Unidade de Informação André Araújo utiliza-se do sistema de auto consultapor meio de dois micros computadores disponíveis para consulta, com acompanhamento de funcionários treinados para dirimir dúvidas sobre a utilização do sistema.

De posse da referência da obra desejada, o usuário preenche formulário próprio, dirigir-se ao balcão de atendimento para a localização e recebimento da mesma.

Em caso de empréstimo domiciliar, o usuário é encaminhado ao setor de empréstimo.

Como facilidade adicional aos alunos e a comunidade em geral, nosso acervo está disponível para consulta na INTERNET endereço www.ciesa.br todos os materiais disponíveis no acervo estão disponíveis para consulta. Todas as consultas se baseiam na lógica booleana.

Sobre os empréstimos de itens do acervo, a biblioteca permite acesso ou empréstimo a toda comunidade acadêmica e funcionários, mediante um cadastro contendo dados pessoais e acadêmicos que permite expedição de carteiras como instrumentos de identificação e controle.

Cada usuário tem o direito ao empréstimo de três obras no máximo, sendo que o prazo de devolução é de três dias no máximo. Os livros quando devolvidos na data certa, poderão ter seus empréstimos renovados, desde que a obra não esteja reservada para outro leitor e que não seja muito procurada.

O acervo está totalmente identificado com etiquetas de código de barra, o que agiliza o processo de empréstimo. Para recibo, utiliza-se impressora de bobina, o que elimina todas as anotações manuscritas no processo de empréstimo, com as seguintes informações: Empréstimo, Devolução, Atraso, Reserva, Mostra, Verifica e Saída.

9.5.1 Bibliografia Básica

Os livros que compõem a bibliografia básica do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários estão em consonância com os Programas das disciplinas, sendo previstos 3 (três) referências bibliográficas para cada uma delas.

9.5.2 Bibliografia Complementar

A Bibliografia Complementar do curso está de acordo com o programa das disciplinas, sendo previstos também 3 (três) referências bibliográficas para cada uma.

9.5.3 PERIÓDICOS INDEXADOS

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários possui periódicos especializados, abrangendo as principais áreas temáticas do curso e disponibilizados na página da biblioteca da IES por meio do endereço <https://bibliotecaandrearaujo.wordpress.com/>.

10 LABORATÓRIOS

Para propiciar a associação da teoria à prática, são previstas atividades técnico-científicas em laboratórios.

Os alunos têm acesso aos laboratórios durante suas aulas de acordo com os horários programados para as aulas práticas acompanhados do professor.

Os laboratórios agregam o conceito de interdisciplinaridade, compondo os recursos para a prática pedagógica e profissional dos alunos. Tais espaços compõem a chamada infraestrutura básica para o empreendimento do curso. Em detalhamento os laboratórios podem ser revelados a partir dos regulamentos específicos.

10.1 Laboratório de Informática

O CIESA, com sua política de desenvolvimento de um ensino de qualidade, não poderia deixar de oferecer aos seus alunos e professores a ferramenta de trabalho

própria aos tempos modernos. Assim, a IES investiu e investe, permanentemente, na montagem de laboratórios de informática onde a comunidade acadêmica tem disponíveis as ferramentas atuais que lhe tornem acessíveis os instrumentos de pesquisa virtual, bem como mecanismos de trabalho que potencializem as possibilidades profissionais.

Dessa forma, o CIESA pretende, ao mesmo tempo em que se conecta e vincula seus corpos docente e discente aos modernos apoios informatizados, permitir que os serviços que presta à comunidade – seja por meio de práticas de ensino, seja por meio de atividades de extensão – tenham a melhor qualidade, tanto no sentido da presteza de sua prestação, quanto na qualidade dos meios e resultados.

O Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários do CIESA dispõe de laboratórios de uso compartilhado com os demais cursos da instituição

11 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Ao longo dos anos tem-se constatado que a maioria dos alunos recém-formados nas Instituições de Ensino Superior – IES, perdem completamente o vínculo com a mesma que, em muitos casos, fica sem saber do desempenho profissional de seus alunos – egressos.

Pensando nisso, a Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários do CIESA, desenvolve o Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE, a fim de acompanhar o desempenho de seus alunos no mercado de trabalho.

Assim sendo, no intuito de realizar um acompanhamento mais sistemático e efetivo dos seus ex-alunos, procurando descobrir suas possíveis dificuldades e experiências profissionais, o PAE está criando mecanismos de apoio e de educação continuada para todos os egressos, tais como, cursos de pós-graduação, de extensão e de atualização, que contribuam para solidificar ainda mais sua formação profissional.

A princípio, o Curso Superior de Tecnologia em Organização de Serviços Judiciários disponibiliza, por meio de um link próprio no site da Instituição, um canal direto de comunicação com os seus egressos, por meio do qual divulga as atividades como Cursos Livres, Simpósios, disponibilidade de vagas de trabalho, etc.

Os feedbacks dos egressos formam um Banco de Dados com todas as informações a respeito das suas experiências e dificuldades no mercado de trabalho, as quais serão sistematicamente analisadas e, havendo necessidade, serão desenvolvidas adequações na grade curricular.

Estas informações também serão empregadas para construir um espaço virtual de desenvolvimento profissional, com atualização científica, que poderá ser ampliado em encontros presenciais na Coordenação do Curso e nos Encontros de Egressos.